



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

CAMPUS DE LARANJEIRAS

ARQUEOLOGIA BACHARELADO

EVANEY SIMÕES DE MATOS

**A COMPLEXIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS
SOCIEDADES: UM EXEMPLO DA AMAZÔNIA**

Laranjeiras
Departamento de Arqueologia/UFS
2014

EVANEY SIMÕES DE MATOS

**A COMPLEXIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS
SOCIEDADES: UM EXEMPLO DA AMAZÔNIA**

Monografia entregue ao Curso de Bacharelado
em Arqueologia da Universidade Federal de
Sergipe, como requisito parcial à obtenção do
grau de Bacharel em Arqueologia.

Orientador: Prof^o Dr. Paulo Jobim Campos
Mello

Laranjeiras
Departamento de Arqueologia/UFS
2014

EVANEY SIMÕES DE MATOS

**A COMPLEXIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO
SOCIAL DAS SOCIEDADES: UM EXEMPLO DA
AMAZÔNIA**

Monografia entregue como exigência parcial para a obtenção do título de bacharel em
Arqueologia, a comissão julgadora da Universidade Federal de Sergipe

Aprovada em ____/____/____

Banca Examinadora

Orientador: Prof^o Dr^o. Paulo Jobim Campos Mello
Universidade Federal de Sergipe

Prof^a Dr^a. Márcia Barbosa da Costa Guimarães
Universidade Federal de Sergipe

Prof^o Sergio Daher de Oliveira
Universidade Federal de Sergipe

Aos meus pais e aos meus irmãos

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, não posso deixar de agradecer aquele que rege a vida, que possibilita a simples existência de uma flor que enaltece com sua beleza a nossa insignificante existência. Obrigada Deus pelas vitórias de cada dia e por que não pelos fracassos também, que nos permite nos tornar mais fortes diante das dificuldades futuras.

Aos meus pais (Everaldo e Jucivânia) agradeço por me darem a vida, por me instruírem a ser uma pessoa melhor (pessoalmente e profissionalmente falando) não só para eu mesma como também para o próximo, por me darem o suporte necessário para que eu pudesse chegar aonde cheguei hoje, pois, eles mais que ninguém sabe o quanto foi difícil para que eu chegasse e conseguisse estar onde estou. Agradeço também por eles sempre me incentivarem a nunca desistir dos estudos e também por proporcionarem para que isso fosse possível, pois, é através, em grande parte, do conhecimento adquirindo por meio da educação formal (através de instituições de ensino) que podemos assegurar um futuro melhor. Em especial tenho muito que agradecer a minha mãe, por ela estar sempre ao meu lado nos momentos em que mais precisei, por sempre me apoiar nas decisões mais difíceis que já precisei tomar e por nunca ter desistido de mim. Aos meus amados irmãos (Esdras e Filipe) agradeço por me suportarem todos esses anos (rsrsrs) e por me amarem e me incentivarem a nunca desistir dos meus sonhos. Ao meu irmão mais velho (Esdras), particularmente falando, agradeço muito, pois muitas vezes ele agiu, foi e é como um pai para mim. Enfim devo esta conquista a minha família, pois, sem eles eu não estaria aqui.

Agradeço também as minhas melhores amigas: Carol, Cícera, Jamile, Karine, Luzia, Rafaela, Rosana, Tamires e Thizah, que estão sempre ao meu lado torcendo pelo meu sucesso profissional e pessoal como também me apoiam sempre nas minhas decisões mais difíceis que tenho que tomar, por exemplo, na escolha da minha profissão e principalmente por não terem me deixado desistir de tudo que eu já havia conquistado quando passei por uma fase muito difícil na minha vida.

Aos meus colegas e amigos (Adriano, Ana Lucia, Anderson Manuel, Carlos Eduardo, Everaldo, Fernanda (uma grande apoiadora e amiga), Geferson, João Claudio, Márcia Bomfim, Marcia Jamille, Roberval e Virgílio) de curso agradeço pelos bons e difíceis

momentos (rsrs) compartilhados tanto em sala de aula como também fora dela.

Em especial não poderia deixar de agradecer a minha colega de curso e grande amiga Márcia Bomfim que tanto me ajudou, apoiou e me deu mais motivos para gostar da profissão que escolhi e também por continua sendo a pessoa maravilhosa que ela é e minha amiga (rsrs). E também tenho muito que agradecer ao meu amigo João Claudio que me aconselhou muito e ajudou. E também o agradeço por continua sendo meu amigo (rsrsr).

Ao meu orientador tenho muita mais que agradecer, principalmente, pela paciência e por ele ter entendido a situação que me encontrava. Situação tal que fez com que eu atrasasse a elaboração do meu TCC. Também agradeço pela sua boa orientação e por me emprestar seus livros.

Assim como também agradeço a todos os professores que ministraram as disciplinas do curso de arqueologia que cursei, me possibilitando chegar ate aqui.

Não posso deixar de agradecer também ao pessoal do Sitio Escola Caldeirão pela troca de informação como também experiência adquirida e pelas amizades feitas.

Para os povos indígenas, a terra é muito mais do que simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento. Não é apenas um recurso natural – e tão importante quanto este – é um recurso sociocultural.

Alcida Rita Ramos (Apud Meirelles Filho, p. 99, 2006).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo estudar a complexificação da organização social das sociedades em tempos pré-históricos, distinguindo como elas se classificavam, além de elencar pesquisas arqueológicas realizadas no Brasil nas últimas décadas, tendo a Amazônia como tema central. Como procedimento metodológico foi utilizado a Pesquisa Bibliográfica que buscou desvendar a temática abordada através de autores referendados na tentativa de compreender os estudos realizados na Amazônia das sociedades pré-coloniais. Espera-se com esse trabalho colaborar para o estímulo à pesquisa sobre esse tema, além de contribuir para uma reflexão sobre os estudos da sociedade Amazônica.

PALAVRAS CHAVE: Arqueologia Amazônica; Amazônia; Organização.

ABSTRACT

The present work aims to study the complexity of social organization of societies in prehistoric times, distinguishing how they classified, in addition to list of archaeological research conducted in Brazil in recent decades, having Amazon as a central theme. As a methodological procedure to Library Research that sought to unravel the theme discussed by authors referenced in trying to understand the studies in the Amazon pre-colonial societies was used. It is hoped that this work contribute to stimulating research on this subject, and contribute to a reflection on the studies of Amazonian society.

Key words: Amazon Archaeology; Amazon; Organization.

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1 - Mapa da distribuição dos tipos culturais da América do Sul segundo Julian Steward.....	25
Mapa 2 - A região Amazônica.....	26
Mapa 3 - As regiões do trópico úmido.....	30
Mapa 4 – Geologia da Amazônia.....	36

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	14
	1.1 Uma breve apresentação do neo-evolucionismo e da sua concepção acerca das organizações sociais	16
2	A ARQUEOLOGIA NO BRASIL E SEU ESTUDO SOBRE AS SOCIEDADES AMAZÔNICAS	20
	2.1 O modelo ecológico de Julian Steward	21
	2.2 Betty Meggers e a arqueologia amazônica	26
3	A AMAZONIA, O AMBIENTE, A ETNO-HISTÓRIA E AS TEORIAS	31
	3.1 O ambiente amazônico propriamente dito	34
	3.2 As teorias em discussão	38
	3.3 Clastres Pierre	50
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

INTRODUÇÃO

Estudar as formas como as sociedades se organizam não é uma tarefa fácil, principalmente quando elas não mais existem. No entanto, as informações que se pode obter através deste tipo de estudo vão além de poder saciar meras curiosidades, especialmente sobre aquelas populações que nos antecederam e não mais vivem. Pesquisas deste caráter podem ajudar a montar uma espécie de quebra-cabeça que relaciona e liga o passado e o presente de forma que se possa ter uma melhor compreensão dos processos organizacionais das sociedades, sobretudo no que diz respeito aos avanços tecnológicos, econômicos, políticos, entre outros. Para tanto, a Arqueologia é uma das ciências que estuda tais processos e que responde vários questionamentos feitos sobre as sociedades mais antigas.

Em várias partes do mundo são realizadas diversas pesquisas que buscam entender como as pessoas viviam há milênios atrás e quais eram seus hábitos culturais. Para uma maior compreensão acerca do modo de vida destas, alguns arqueólogos incorporaram e adaptaram conceitos e critérios elaborados por antropólogos, que buscavam compreender os processos que levam às sociedades “evolúem culturalmente”. Com base nestas definições e critérios, arqueólogos tentam enquadrar as sociedades mais antigas num tipo de classificação, de acordo com a complexidade da cultura material produzida por elas, ou seja, é através dos restos materiais que eles definem a forma como essas pessoas se organizavam economicamente, politicamente, socialmente, entre outros. Além disso, também são levadas em consideração, nesta análise, as transformações que essas sociedades faziam no ambiente (em que viveram ou passaram), o tamanho da área ocupada e a sua densidade demográfica etc. Esta é apenas uma forma que alguns arqueólogos encontraram para diferenciar as diversas formas como as sociedades se organizavam em tempos pré-históricos.

Assim como em outros países, no Brasil também são realizados trabalhos que buscam entender os processos organizacionais das sociedades, suas transformações e suas diferentes formas de se organizar, nos tempos pré-históricos. Praticamente em todas as regiões brasileiras são desenvolvidos trabalhos em busca de um maior entendimento sobre a maneira como estas sociedades se organizavam e viviam. Mas no caso da pesquisa em questão a ênfase é dada aos estudos referentes à região amazônica, pois além de ser uma área que possui

um vasto campo para arqueologia, ela também é alvo de estudos em busca de novas informações a respeito das formas de organização das populações que estavam presentes neste local, há séculos ou milênios atrás.

As primeiras pesquisas arqueológicas realizadas na Amazônia remontam da segunda metade do século XIX. Num primeiro momento, deste mesmo século, os trabalhos eram voltados ao registro arqueológico, e num segundo a ênfase era dada aos problemas da arqueologia amazônica. De acordo com Neves (1999, p. 88), a culminância destas pesquisas só veio “no século XX, com a breve, porém relevante síntese de Nordenskiöld (1930) [...]”. Ele ressalta também a importância dos trabalhos de Julian Steward e seus colaboradores no *Handbook of South American Indians* para o desenvolvimento da pesquisa arqueológica na Amazônia.

Ainda de acordo com Neves (Idem: 88), Steward e Robert Lowie definiram o conceito de “cultura de floresta tropical”. Essa “foi uma categoria tipológica desenvolvida para descrever os padrões de organização econômica, social e política das populações indígenas da Amazônia e das florestas tropicais do leste da América do Sul”. Além do conceito de “Floresta Tropical” Steward elaborou mais três conceitos para América do Sul, que são os níveis de integração cultural “Marginal”, “Andino” e “Circum-Caribe”. Ele relacionou cada um deles a um tipo de meio ambiente, tecnologia e formação socioeconômica e religiosa (PORRO, 1996). Segundo Porro (1996), dos quatro conceitos apenas dois estão presentes na Amazônia, o de Floresta Tropical e o de Marginal, principalmente o primeiro. Sendo que ambos são os conceitos utilizados para definir as sociedades menos desenvolvidas.

Por possuir um clima de floresta tropical, a Amazônia por muito tempo foi vista como um ambiente muito pobre para o desenvolvimento de sociedades complexas, ou seja, ela sempre foi tida como um ambiente que impedia o desenvolvimento das sociedades que ali viviam, de forma que elas nunca pudessem chegar ao nível de organização estatal.

Em pesquisas arqueológicas realizadas pelos primeiros pesquisadores nessa região, comumente se associava a migração de sociedades de áreas favoráveis ao desenvolvimento, com os restos de cultura material mais elaborada encontrada na Amazônia, ou seja, eles achavam que as sociedades que ali viviam não tinham a habilidade de produzir objetos mais elaborados, achavam que esses só podiam surgir nessa região ou por meio de migração ou por contato com povos de outras regiões, como por exemplo, os povos do oeste da América do

Sul. Roosevelt (2009, p. 53) destaca que “raramente a Amazônia é vista como um ambiente rico para a adaptação humana e fonte de inovação e difusão de cultura pré-histórica”.

Hoje, com uma maior concentração e difusão das pesquisas realizadas na Amazônia, nota-se que esse quadro já sofreu uma considerável modificação. Como ressalta Roosevelt (Idem)

Os novos trabalhos oferecem evidências de uma longa e substancial sequência de desenvolvimento indígena na Amazônia, muito mais complexa e menos produto de influência externas, do que se pensava. Isto sugere, ao contrário das interpretações precedentes, que as terras baixas da Grande Amazônia podem ter sido ocupadas mais cedo, sendo o lugar de origem de alguns importantes desenvolvimentos culturais para as Américas.

Sendo assim, esse trabalho aborda questões referentes às organizações sociais, enfatizando as classificações existentes para distinguir as formas como as sociedades se organizavam em tempos pré-históricos. Também mostra o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas realizadas no Brasil nos últimos anos, acerca desta questão, usando como exemplo a Amazônia.

Para tanto, são apresentadas e discutidas algumas categorias utilizadas para classificar os tipos de organizações das sociedades, e alguns dados de pesquisas arqueológicas, etno-históricas e ecológicas já realizadas na Amazônia brasileira. Como também foram discutidas hipóteses elaboradas pelos primeiros pesquisadores desta área, apresentando novas discussões que vêm surgindo acerca dos povos que viviam nesta região, ao longo das últimas décadas.

Dessa forma, o presente trabalho está estruturado da seguinte maneira:

- No primeiro capítulo são abordadas questões referentes aos estudos sobre o desenvolvimento das organizações sociais com base na visão evolucionista da antropologia norte-americana, principalmente a dos séculos XIX e XX;
- O segundo capítulo apresenta resumidamente o início da pesquisa arqueológica no Brasil, o modelo ecológico/cultural de Julian Steward, assim como aborda as primeiras teorias elaboradas para explicar as formas de organização das primeiras sociedades da Amazônia;
- O terceiro capítulo mostra diferentes abordagens teóricas para explicar as formas de organização social existente na Amazônia, com base principalmente nos dados ambientais, fontes históricas e das pesquisas arqueológicas.
- Por último é apresentado as considerações finais acerca dos modelos teóricos expostos no decorrer deste trabalho.

1. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Há muito tempo arqueólogos e antropólogos vem demonstrando interesse em saber por que e de que maneira ocorreu a complexificação das sociedades. É sabido apenas, que esse processo ocorreu de várias maneiras, em diferentes momentos e em diversas partes do mundo. Na tentativa de descobrir como isso correu, tanto os arqueólogos como os antropólogos se voltaram a investigar o que desencadeou este processo e por que nem todas as sociedades tornaram-se complexas.

O primeiro conceito formado sobre complexidade social surgiu “ainda no contexto colonial, aliado a uma ideia unilinear de progresso, que oferecia uma dicotomia simplista entre o simples e o complexo, pautada na ausência ou presença de atributos característicos dos Estados ocidentais [...]” (MACHADO, 2006, p. 758). Esse conceito nasceu a partir das ideias evolucionistas.

Segundo Moran (1990) as ideias evolucionistas são bem antigas, porém, foi apenas no século XIX que elas começaram a receber mais atenção. O evolucionismo do século XIX construiu-se sobre os conceitos de desenvolvimento do século XVIII, “favorecido pela experiência do colonialismo e (a começar nos anos 1860) pela influência de [Charles] Darwin e seu defensor mais célebre, o filósofo social Herbert Spencer (1820-1903)” (ERIKSEN & NIELSEN, 2001, p. 29).

Os principais expoentes desta vertente teórica foram os estudiosos Lamarck, Lyell, Spencer, Darwin e Morgan. De acordo com Galloway (1986) o evolucionismo clássico americano da segunda metade do século XIX é representado por Lewis Henry Morgan (1818-1881).

Em sua obra mais consagrada (*Ancient Society* de 1877) Morgan procurou fazer uma síntese de toda sua pesquisa sobre as sociedades humanas. Para distinguir os níveis de evolução cultural presentes nessas sociedades, ele criou três grandes estágios: selvageria, barbárie e civilização, sendo que dentro dos estágios de selvageria e barbárie ele elaborou mais três subestágios (ERIKSEN & NIELSEN, 2001). Morgan (Idem, p. 57 – 60) divide os estágios de selvageria e barbárie em inicial, intermediário e final ou em status inferior, intermediário e superior. Assim sendo, ele os delimita da seguinte maneira:

- *Status inferior de selvageria*. Esse período começou com a infância da raça humana, e pode-se dizer que terminou com a aquisição de uma dieta de subsistência à base de peixes e com o conhecimento do fogo [...].
- *Status intermediário de selvageria*. Começou com a aquisição de uma dieta de subsistência baseada em peixe e como um o conhecimento do fogo, e terminou com a invenção do arco e flecha [...].
- *Status superior de selvageria*. Começou com a invenção do arco e flecha e terminou com a invenção da arte cerâmica [...].
- *Status inferior de barbárie*. [...] começou com a manufatura de objetos de cerâmica, seja por invenção original ou por adoção [...].
- *Status intermediário de barbárie*. Começou com a domesticação de animais no hemisfério oriental e, no ocidental com a agricultura de irrigação e com o uso de tijolos de adobe e pedras na arquitetura [...].
- *Status superior de barbárie*. Começou com a manufatura de ferro e terminou com a invenção do alfabeto fonético e o uso da escrita em composição literária [...].
- *Status de civilização*. Começou como dito, com o uso do alfabeto fonético e a produção de registro literário, e se divide em ‘antigo’ e ‘moderno’ [...].

Dessa forma, em linhas gerais, a selvageria era caracterizada por caçadores-coletores, o barbarismo estava associado à agricultura, e a civilização à formação do estado (ERIKSEN & NIELSEN, 2001). Para Morgan, as sociedades se desenvolvem de forma linear e progressiva, seguindo desde o estágio de selvageria até o estágio de civilização, ou seja, as sociedades teriam obrigatoriamente que passar pelos estágios de selvageria e barbárie para alcançar a civilização.

Segundo Morán (1990, p. 49), o principal problema dos estágios sugeridos por Morgan e também de outras tipologias evolucionistas está na rigidez e no determinismo, ele diz que os evolucionistas postulam que “as sociedades evoluíram de forma linear pelas varias etapas e não admitiram, por exemplo, que a subsistência baseada na pesca representasse um caso de adaptação aos recursos locais, não devendo ser visto como necessariamente anterior ou posterior à caça”. Eles não acreditavam que as sociedades poderiam se desenvolver de forma não linear e de diferentes maneiras, a depender, por exemplo, do ambiente no qual as sociedades estejam inseridas, como é proposto pelo neo-evolucionismo.

Na década de 1960, neo-evolucionistas tentaram responder essa questão utilizando abordagens diferentes daquelas empregadas pelos evolucionistas do século XIX. Para tanto, eles elaboraram teorias com base na “evolução biológica e cultural” do homem.

1.1 Uma breve apresentação do neo-evolucionismo e da sua concepção acerca das organizações sociais

O neo-evolucionismo se desenvolveu em meados do século XX na América do Norte, a partir do pensamento evolucionista, apesar de “[...] em certos aspectos fundamentais [...] diferir do evolucionismo unilinear do século XIX” (TRIGGER, 2004, p. 281). Trigger (2004) observa que para os evolucionistas o “determinismo ecológico, demográfico ou tecnológico não deixava espaço para a ideia de que a mudança cultural ocorria porque indivíduos bem dotados usavam a inteligência e o lazer para industrializar formas de controlar a natureza [...]”, enquanto os neo-evolucionistas acreditam que os “homens sempre tentavam preservar um estilo de vida familiar, a menos que uma mudança lhes fosse imposta por fatores fora de seu controle”.

Os principais expoentes do neo-evolucionismo foram os etnólogos norte-americanos Leslie White (1900-75) e Julian Steward (1902-72). Ambos tiveram seu auge, nesta vertente teórica, na década de 1950 (TRIGGER, 2004).

Leslie White possui uma perspectiva com base no difusionismo unilinear e no determinismo tecnológico para conceber a evolução cultural. O referido pesquisador não levava em consideração como também ignorava a influência do ambiente e de uma cultura sobre a outra. Preocupava-se apenas em explicar a principal linha de desenvolvimento cultural existente nas sociedades mais desenvolvidas de cada período. Esse enfoque era justificado pelo fato dele achar que as culturas que não conseguiam se manter serem ultrapassadas e absorvidas por aquelas sociedades mais progressistas (Idem, 2004).

Segundo Alves (2002, p. 17) a concepção de cultura de White esta “vinculada à relação da cultura como o meio ambiente, ou seja, a cultura é concebida como ‘artifício adaptativo pelo qual o homem acomoda-se á natureza e a natureza ao homem’ sendo que este, ‘na cultura’ aproveita a energia livre e a coloca a trabalhar para a humanidade”.

Pensando assim, White desenvolveu o conceito de “determinismo tecnológico”, utilizando-o como “lei básica da evolução”. Para ele “a cultura evolui à medida que a quantidade de energia utilizada ‘per capita’ aumenta, ou à medida que aumenta a eficiência da aplicação da energia ao trabalho” (TRIGGER, 2004, p. 283). Rauber (2008, p. 97) ressalta que:

White entendia que a energia deveria ser transformada, direcionada e controlada, dessa forma explicava a sua utilização desde a fase inicial da evolução humana quando a energia existia somente sob a forma do corpo humano, evoluindo conforme as necessidades humanas de buscar outras fontes de energia tais como o fogo, a água e o vento. O aperfeiçoamento e a complexidade social aumentaram a eficiência tecnológica acelerando a evolução cultural.

Segundo Trigger (2004) a “lei básica da evolução” criada por White é resumida na formula: *Cultura = Energia X Tecnologia*. Ainda de acordo com Trigger (Idem, p. 283), White apesar de fazer diversas reivindicações por suas teorias “[ressaltou] que, muito embora elas explicassem os traços gerais do desenvolvimento cultural, não poderia ser usadas pra inferir características específicas de culturas particulares”.

Já Julian Steward defendia uma concepção sobre a evolução cultural multilinear, ecológica e mais empírica. Ele sustentava uma abordagem diferente da de White para explicar a evolução cultural. Além de defender que há padrões significativos no desenvolvimento cultural e que a “adaptação ecológica” seja essencial para que possam determinar os limites de variação nos sistemas culturais (TRIGGER, 2004).

Acreditando que as culturas adotam a mesma forma e trajetórias de desenvolvimento semelhantes, em ambientes similares, Steward procurou determinar através de estudos comparativos as várias formas como as culturas se desenvolvem em ambientes distintos. Para ele, essas similaridades formam o “núcleo cultural”, sendo que esse núcleo é composto por elementos da cultura que estejam mais relacionados e próximos das atividades de subsistências. Esse núcleo “envolve padrões econômicos, políticos e religiosos empiricamente reconhecíveis como os que têm maior importância adaptativa” (Idem: p. 283).

De acordo com Alves (2002, p. 18) Steward “concebe a abordagem ‘multilinear’ como uma metodologia para lidar com as ‘diferenças’ e as ‘similaridades’ culturais através da comparação de ‘sequências paralelas de desenvolvimento, em áreas geográficas muito separadas’ [...]”. Sendo assim, entende-se que a “evolução multilinear” criada por Steward almejava estudar as culturas em sua totalidade abrangendo-as em todos os seus aspectos, para que, dessa forma se possam entender quais eram as formas de organizações sociais encontradas nos diferentes níveis evolutivos (RAUBER, 2008).

Segundo Trigger (2004, p. 283) Steward “argumentava que o objetivo da antropologia evolutiva deve ser explicar as características comuns de cultura em níveis semelhantes, em vez de particularidades ‘únicas, exóticas e não recorrentes’ atribuíveis a acidentes históricos”.

Tanto White como Steward pertencem à mesma escola teórica, porém os dois possuem teorias diferentes para explicar a “evolução cultural”, como ressalta Rauber (2008, p. 100).

A principal diferença entre o Evolucionismo Cultural de Leslie White para o de Julian Steward difere pelas suas propostas. White estava preocupado com o estudo da evolução geral das culturas, adotando uma forma muito estreita de determinismo ecológico apoiado na tecnologia como fonte de progresso social, enquanto Steward preocupava-se em analisar as culturas específicas adotando um determinismo ecológico menos rigoroso.

Service e Sahlins definiram os dois enfoques evolutivos como sendo relativos ao progresso e à adaptação. Os pesquisadores utilizaram dados etnográficos para elaborar “sequências especulativas e altamente generalizantes de desenvolvimento unilinear, empregando conceitos como bando, tribo, chefia e estado” (TRIGGER, 2004, p. 284).

Segundo Renfrew e Bahn (1993), Elman Service criou uma classificação que define quatro tipos de organizações sociais (bando, tribo, chefatura e estado primitivo), sendo que cada uma delas possui características próprias. Resumidamente, temos o seguinte:

- O bando possui no máximo cem pessoas no grupo, não tem um líder formal, sua economia é sustentada pela caça e a coleta e vive em acampamentos provisórios com moradias simples.
- A tribo pode ser constituída por mais de mil pessoas, sendo que, entre elas há uma divisão interna que forma pequenos grupos. São povos sedentários que vivem da agricultura e do pastoreio de animais, além de viverem em moradias fixas.
- Na chefatura, a população varia entre cinco mil a vinte mil pessoas, sendo que sua liderança é passada de pai para filho e é nela que aparece, pela primeira vez, a distinção de classes sociais e o acúmulo da produção de alimentos para uma redistribuição posterior. Além disso, eles já possuem construções mais elaboradas, como fortificações e centros de rituais.
- Já no estado primitivo, a população ultrapassa vinte mil pessoas e seu líder possui um exército, além disso, é nessa fase que surge a burocracia, centralizada com leis e com cobranças de impostos. É nesse cenário também que surgem os primeiros centros urbanizados.

Segundo Fried (apud Galloway, ?) as diferenças entre os bandos e as tribos são mínimas, pois em ambos os casos as sociedades são igualitárias e comporta posições de prestígios de acordo com o sexo ou pela idade, e por possuírem uma produção tecno-econômica doméstica e não especializada.

Essas classificações, de acordo com o pensamento evolucionista, podem ser utilizadas em qualquer parte do mundo, facilitando dessa forma o trabalho do pesquisador, por deixar mais clara e organizada a forma como ele pode classificar, em linhas gerais, as sociedades estudadas.

Ainda, segundo Renfrew e Bahn (Idem), logo que Service criou estas classificações, vários arqueólogos as acharam úteis. Alguns arqueólogos norte-americanos se dispuseram “a acolher conceitos neo-evolucionistas, que enfatizavam as regularidades acessíveis nas culturas” (TRIGGER, 2004, p. 285). Eles notaram que as “variáveis-chave” criadas por White e Steward para explicar as mudanças culturais eram acessíveis para a pesquisa arqueológica. Mas apesar de algumas premissas no neo-evolucionismo serem úteis para a arqueologia, ainda se notava certa carência em informações sobre as crenças e o comportamento humano (Idem, 2004).

2. A ARQUEOLOGIA NO BRASIL E SEU ESTUDO SOBRE AS SOCIEDADES AMAZÔNICAS

A Arqueologia surgiu no Brasil através das pesquisas e descobertas do estudioso Peter Willem Lund. Lund montou um laboratório de paleontologia em Lagoa Santa – MG, foi nesta região que ele localizou, entre 1834 e 1844, 800 cavernas e descobriu fósseis bem antigos de animais extintos e restos humanos (FUNARI, 2006). Em 1843, o referido pesquisador encontrou ossos humanos misturados com os de animais já extintos, nas cavernas de Lagoa Santa. Além disso, Lund descreveu instrumentos de pedra polida e afirmou que os aglomerados de conchas encontrados no litoral brasileiro foram feitos pelos primeiros habitantes deste lugar (PROUS, 2007).

As pesquisas arqueológicas, no entanto, só foram ampliadas através das atividades do Museu Nacional do Rio de Janeiro, e com a chegada de estrangeiros para expedições na Amazônia e em outras partes do país, na década de 1870. Posteriormente veio o museu Paulista e o Paraense. No entanto, as pesquisas realizadas eram feitas por profissionais de outras áreas de estudo interessados na pesquisa arqueológica (FUNARI, 2006).

Após a segunda Guerra mundial, Paulo Duarte criou a Comissão de Pré-história na Universidade de São Paulo, que depois foi transformada no Instituto de Pré-história. Foi neste período também que os primeiros arqueólogos acadêmicos foram formados. Por iniciativa de Paulo Duarte foi criada a primeira lei federal de proteção do patrimônio arqueológico (Lei 3924 de 1961). Ela é um dos principais meios legais de preservação dos vestígios arqueológicos utilizada até hoje (Idem, 2006).

Segundo Prous (2007), a arqueologia se implantou no Brasil na segunda metade do século XX, num primeiro momento sob a orientação de franceses e norte-americanos e, num segundo, por programas independentes, realizados pelos pioneiros que foram formados por esses pesquisadores estrangeiros. Algumas pesquisas se desenvolveram através do Projeto Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRONAPA) como, por exemplo, o trabalho realizado no litoral brasileiro (do rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte), a fim de montar um quadro preliminar da pré-história desta área (PROUS, 2007).

Mas para Neves (1999/2000, p. 88), “apesar da importância de pesquisas localizadas feitas em outros locais, notadamente as pesquisas de Lund em Minas Gerais, a arqueologia

brasileira nasceu praticamente na Amazônia, durante a segunda metade do século XIX”. Foi na década de 1870 que começaram a surgir as primeiras sínteses com discussões prolongadas sobre o registro arqueológico amazônico. Já na década 1880 surgiram as monografias ressaltando os problemas da arqueologia amazônica. A culminância destas pesquisas só veio no século XX com a síntese de Nordenskiöld. Também são considerados de fundamental importância para o desenvolvimento na Arqueologia Amazônica os trabalhos de Julian Steward e seus colaboradores no *Handbook of South American Indians* (NEVES, 1999/2000).

Aqui no Brasil, a Amazônia é referência nos estudos voltados para o entendimento das formas organizacionais das sociedades. Desde o princípio, o maior questionamento é se, em algum lugar e período, nesta região, existiram sociedades complexas com características de uma formação estatal. Vários estudiosos tentaram e tentam responder essa questão; um bom exemplo deste estudo são os trabalhos de Julian Steward e Betty Meggers. Eles elaboraram teorias sobre a organização social das sociedades amazônicas, que até hoje são discutidas. Além disso, compartilham a ideia de que na Amazônia não existiam sociedades complexas, isso porque acreditavam que o ambiente não era propício para tal desenvolvimento.

2.1 O modelo ecológico de Julian Steward

Conforme foi visto no capítulo anterior, o evolucionismo (século XIX) difere em alguns aspectos do neo-evolucionismo (século XX). Apesar de ser um neo-evolucionista, Julian Steward, além de adotar uma abordagem diferente das tendências interpretativas que se desenvolvia nos séculos XIX, também elaborou uma abordagem diferente da do século XX para explicar a evolução cultural. Ele “apresentou um corpo teórico e metodológico para a análise não do homem ou do ambiente separadamente, mas para a análise do processo de utilização de recursos materiais por populações humanas” (MORÁN, 1990, p. 56).

Segundo Morán (1990, p. 56), “[...] Steward tentou relacionar mudanças tecnológicas, econômicas e de organização social ao meio ambiente”, ou seja, na visão desse teórico o ambiente pode ter uma relação direta com as transformações que podem ocorrer durante o processo ‘evolutivo’ das organizações sociais. Para tanto, ele buscava particularidades entre o ambiente e a cultura que estivesse inter-relacionada. De acordo com Steward (apud Pedrosa, 2008, p.27) “a adaptação ecológico-cultural [e] o processo adaptativo através de uma historicidade origina uma cultura modificada pelo ambiente particular”.

Steward preferia estudar os processos adaptativos de sociedades específicas, que pudessem ser comparados com as estratégias de adaptação, referentes aos recursos ambientais disponíveis no ambiente que estas sociedades estivessem envolvidas. Ele estudava também “o processo evolutivo como algo descontínuo, às vezes conduzido a um maior controle energético e uma maior complexidade social e outras vezes as formas sociais e econômicas mais simples” (MORÁN, 1990, p. 57). Sendo assim, a sua evolução multilinear busca leis que possam explicar as inter-relações entre as sociedades e o meio ambiente, estas relações se repetem nas sociedades que estiverem em ambientes semelhantes, sendo que estas leis não precisam ser necessariamente universais (Idem, 1990).

Foi na parte metodológica que Steward fez sua contribuição mais importante para este estudo, ele sugeriu “que o processo de interação homem/ambiente é compreensível através do estudo da adaptação” (MORÁN, 1990, p. 58). A sua metodologia abrange três principais aspectos, como ressalta Morán (Idem: 59):

[O primeiro apresenta] um aspecto essencialmente descritivo, no qual se identificam aqueles elementos da cultura material mais relacionado ao uso de recursos pela população [...] inclui-se também uma descrição das dimensões do ambiente explorado [; o segundo apresenta] aspectos de organização sociais relativos ao uso de uma tecnologia de exploração de recursos específicos [e] descrevi-se também os requisitos de organização social necessário para explorar os recursos [e o] terceiro aspecto [...] investiga se os padrões de organização social e o uso do ambiente reconhecido pela população [que] afetam de alguma maneira outros aspectos da cultura, isto é, como as relações de subsistência interagem com a ideologia, ritual e outras dimensões da vida humana.

Para Steward, as várias formas como as sociedades se relacionavam com o meio ambiente não poderiam ser estudados com suposições pré-definidas; ele considera o processo adaptativo incompleto e dinâmico, pois este processo depende das variações nas mudanças ambientais, tecnológicas ou sociais. No entanto, ele não sugeriu no seu modelo ecológico que os fatores demográficos, epidemiológicos e fisiológicos influenciam nas mudanças culturais. Hoje estes fatores são bem estudados, por serem considerados importantes para desenvolvimento das sociedades. Segundo Morán (1990), essa falha não se deve exclusivamente à Steward, mas à análise antropológica como um todo, pois ela não reconhece a importância desses fatores.

Apesar dessa falha, os trabalhos de Steward são considerados importantes para a pesquisa arqueológica, principalmente os estudos feitos sobre a Amazônia. Ele organizou o *Handbook of South American Indians*, publicado pela Smithsonian Institution. De acordo com Rauber (2008), esta publicação tinha o intuito de aplicar uma perspectiva ecológica, reunindo informações sobre as sociedades indígenas da América do Sul. Com a análise destas informações foram criadas quatro classificações para representar áreas culturais e os diferentes níveis de desenvolvimento das sociedades.

Ainda de acordo com Rauber (Idem: 99), Steward elaborou “um esquema de classificação composto por quatro grupos: ‘tribos marginais, povos da floresta tropical, povos circum-caribe e povos andinos’ para explicar o modelo de vida dos agrupamentos indígenas da América do Sul”. Esse modelo foi criado para representar uma descrição dos níveis ou estágios evolutivos das culturas e as formas como as populações indígenas da América do Sul se organizavam antes da colonização. Porro (1996) observa que Steward associou cada uma destes grupos a um determinado meio ambiente e os caracterizou de acordo com certa tecnologia e formações socioeconômicas e religiosas. Resumidamente, Rauber (2008, p. 99-100) apresenta uma descrição para cada um deles:

- *Tribos Marginais*: possuem uma organização social bem simples (a mais simples dos quatro grupos), composta apenas por pequenos bandos; são caçador-coletores nômades que habitam campos abertos e praticam uma agricultura de subsistência com técnicas simples em lugares onde o clima não era favorável para a adaptação humana e para o desenvolvimento social das sociedades.

- *Povos da Floresta Tropical*: são sociedades com uma organização social mais elaborada em relação às tribos marginais; são habitantes da floresta amazônica, da costa brasileira, Guianas e dos Andes Meridionais; eram sociedades sedentárias, igualitárias com laços de parentesco e não possuíam instituições políticas; possuíam um sistema de subsistência baseada no cultivo de raízes e nos alimentos de origem animal, e confeccionavam peças cerâmicas.

- *Povos do Circum-Caribe*: são povos mais desenvolvidos que os da floresta tropical e habitavam as regiões circuncaribenhas e os Andes setentrionais; a sua estrutura cultural e tecnológica é semelhante às tribos da floresta tropical; essas sociedades desenvolveram um sistema de organização complexo, segmentados em várias aldeias, sendo que cada uma delas

possuía um chefe; porém eles eram subordinados a um chefe supremo, formando, dessa forma, um complexo sistema de estratigrafia social.

- *Povos Andinos*: de todos os grupos esse representa as sociedades mais complexas, principalmente “por terem alcançado um sistema sociopolítico e econômico centralizado baseado na produção agricultura e na criação extensiva de animais domésticos com especialização na força do trabalho”, elas também possuíam uma arquitetura desenvolvida, além de conhecimento sobre a metalurgia; estas sociedades são encontradas nos Andes Centrais e na costa do Pacífico.

Em *os índios antes do Brasil*, de Carlos Fausto (2010), também se encontra uma apresentação destes grupos e um mapa com a distribuição espacial de cada um deles (ver Mapa 1).

Fausto (Idem, p. 14) observa que as classificações dos grupos criados por Steward para os povos da América do Sul “está na base de uma tipologia geral dos estágios de desenvolvimento sociopolítico, proposto por Elman Service”, ou seja, está presente nas classificações que ele criou para distinguir formas como as sociedades se organizavam¹.

No território brasileiro são encontrados apenas dois desses grupos, o das tribos marginais e os povos da floresta tropical, e em quase todo o território Amazônico o grupo que é mais presente (conforme esta representado no mapa 1) é dos povos da floresta tropical.

Lembrando que nesse sentido, a Amazônia é entendida como Amazônia Legal, ou seja, composta pelos estados de Rondônia, Acre, Amazônia, Roraima, Amapá, Pará, parte dos estados do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso, além de partes da floresta amazônica da Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

Ressalto que no caso desse trabalho a ênfase é dada as pesquisas referentes à arqueologia amazônica no Brasil (ver mapa 2).

Segundo Neves (1999/2000, p. 89), “o pensamento de Steward pode ser visto como uma mistura de elementos evolucionista e difusionista [...] nesse sentido, o desenvolvimento das culturas de floresta tropical foi explicado como uma combinação de processos adaptativos locais com influências externas”. De acordo com essa classificação, os povos que habitaram a floresta amazônica brasileira teriam desenvolvido sua cultura sob influência de outras sociedades mais desenvolvidas, que habitavam lugares favoráveis ao desenvolvimento. Além

¹ Ver essas classificações com mais detalhes no 1º capítulo.

disso, o ambiente amazônico é considerado um fator limitante para a complexificação social das populações.



Mapa1. Mapa da distribuição dos tipos culturais da América do Sul segundo Julian Steward. Em preto, os Andes centrais; em linhas horizontais, os cacicados do mar do Caribe; em xadrez, as tribos da floresta tropical; em pontilhado, os marginais. As linhas diagonais referem-se aos semi-marginais, categorias que o autor não elabora.

Fonte: *os índios antes do Brasil* de Carlos Fausto (2010, p. 12)

coleção do naturalista norte-americano Joseph Beal Steere que provinha da Ilha de Marajó. No doutorado seguiu uma linha antropológica com ênfase em arqueologia, sendo que seu orientador foi Leslie White, um dos expoentes do evolucionismo do século XX (RAUBER, 2008).

Foi no doutorado que ela conheceu seu marido Clifford Evans, que também foi orientando de White. Meggers e Evans fizeram uma excelente parceria, juntos eles realizaram pesquisas e publicações importantes para desenvolvimento dos trabalhos arqueológicos na América Latina, principalmente para o Brasil e, mais especificamente, para a Amazônia (Idem, 2008).

No final da década de 1940, o casal Meggers e Evans iniciou suas pesquisas no Amapá e na Ilha de Marajó. Na época havia um grande paradigma na arqueologia sul-americana, indicando que o norte e o centro da cordilheira dos Andes eram os grandes centros de inovação, ou seja, os locais onde se desenvolveram primeiramente, por exemplo, a agricultura, a produção de cerâmica e o Estado. Segundo esse paradigma, tanto a bacia amazônica como as áreas de mata atlântica seriam locais secundários para onde algumas dessas inovações originadas nos Andes se difundiram (NEVES, 2006).

Depois de muitos meses de prospecção e escavação e vários anos de análise de laboratório, em 1957, Meggers e Evans propuseram que as sociedades que habitavam o leste da ilha de Marajó teriam sua origem nos Andes e que não haviam encontrado na ilha condições ecológicas para que estas sociedades pudessem manter os padrões de organização social, econômico e político semelhantes com os das sociedades Andinas. Dessa forma, essas sociedades passaram de complexa para simples. Eles sugerem também que a duração da fase Marajoara tinha sido relativamente curta e justificavam esse fato devido à mudança cultural (Idem, 2006).

Pesquisas realizadas posteriormente nessa região indicam que essas hipóteses não se sustentam, primeiro porque essa tradição durou cerca de mil anos e segundo porque as cerâmicas da fase Marajoara são as mais antigas representantes da tradição policroma (Idem, 2006).

Em meados da década de 1960, surgiu o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) no Brasil, sob coordenação de Meggers e Evans. O PRONAPA contava com o apoio da Smithsonian Institution, do patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os

trabalhos que eles realizaram através do PRONAPA e do PRONAPABA foram feitos sob forte influência dos evolucionistas Julian Steward e Leslie White (RAUBER, 2008). Segundo Rauber (2008, p. 103) Steward e White “foram os grandes responsáveis pela formação teórico-metodológica de Meggers”.

Betty Meggers “entende que a cultura não é resultado da oposição do homem ao meio ambiente, mas a única forma de adaptação comportamental”. Dessa forma, entende-se a cultura “como um mecanismo adaptativo utilizado pelos grupos indígenas como instrumento de atuação e responsável por unir homem e natureza” (RAUBER, 2008, p. 104-105). De acordo com essa abordagem, para que se possa conhecer qualquer cultura precisa-se conhecer as características do meio ambiente em que ela se encontra, e também prestar atenção nas transformações e nas mudanças que aconteceram na área pesquisada (Idem: 105).

Em *Amazônia: a ilusão de um paraíso*, Meggers sintetiza vinte anos de suas pesquisas na região amazônica (RAUBER, 2008). Nessa publicação a autora vê a Amazônia como um laboratório propício para o estudo da “adaptação cultural”. Ela definiu dois momentos diferentes para a ocupação humana na floresta amazônica: num primeiro momento as primeiras sociedades que povoaram essa região teriam sofrido influência da seleção natural e, num segundo, estas sociedades foram fortemente exploradas pelos colonizadores europeus, sendo que este último não apenas acabou destruindo o equilíbrio que teria sido adquirido anteriormente, como também impediu o estabelecimento de um novo equilíbrio dessas sociedades diante do ambiente amazônico. Para Meggers (1977, p. 22), “o exame desses dois tipos contrastantes de exploração do mesmo meio-ambiente permite o reconhecimento de aspectos importantes da relação cultura/meio-ambiente que, de outro modo, permaneceria obscura”.

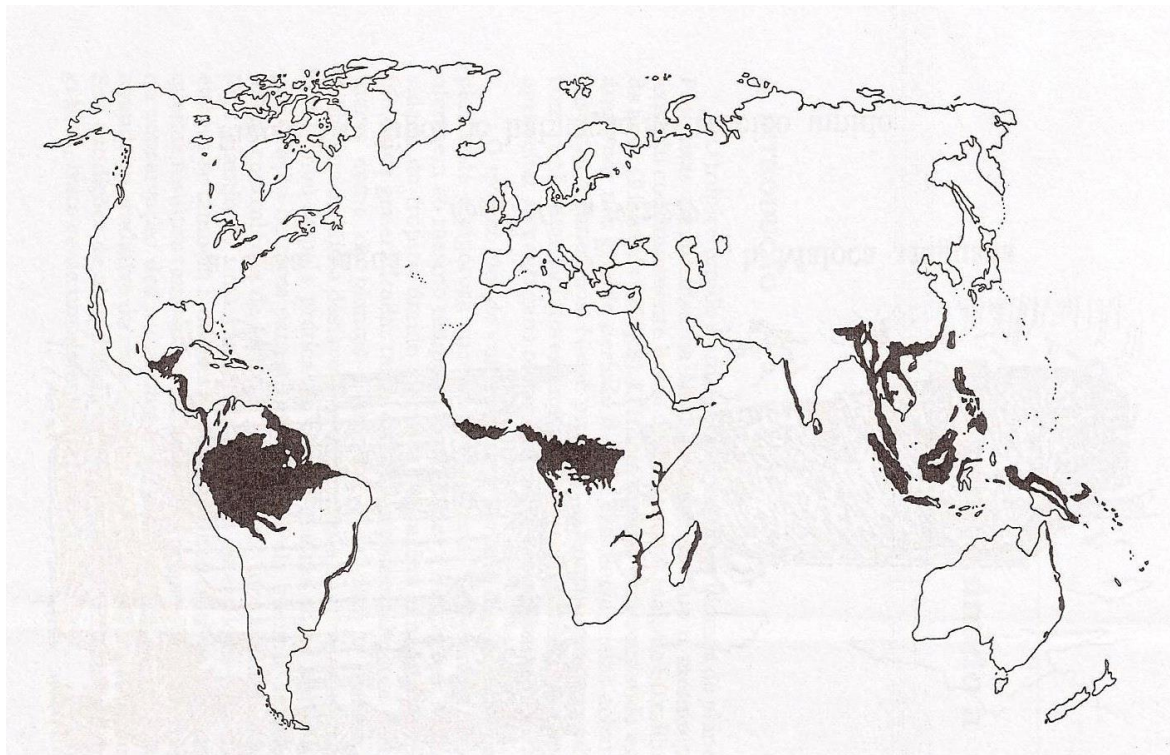
Para o estudo do homem no contexto ecológico amazônico, Meggers trabalha com duas proposições: 1ª) “o homem é um animal e, como os outros animais deve manter uma relação de adaptação com o meio-ambiente para sobreviver”, e 2ª) “embora ele consiga essa adaptação, primeiramente por meio da cultura, o processo é guiado pelas mesmas leis de seleção natural que governam adaptação biológica” (MEGGERS, 1977, p. 22.). Além disso, a pesquisadora descreve o ambiente amazônico o dividindo em duas sub-regiões: a terra firme e a várzea. Essa escolha justifica-se, pois “se a adaptação é uma causa primaria determinante da cultura, deveríamos encontrar diferenças nos complexos culturais que se associam a essas duas sub-regiões” (Idem: 22).

De fato ela encontrou diferenças entre os povos que habitam a terra firme e a várzea. As sociedades que se estabeleceram nas várzeas são mais complexas em comparação aos povos que viveram na terra firme, algumas diferenças “se manifestam nas armas, na organização social e política, e nas práticas religiosas” (Idem: 172). Mesmo com essas diferenças, os estilos de vida das sociedades estudadas, em alguns aspectos se assemelham como, por exemplo: a manufatura de redes, esteiras, cerâmicas, entre outros, e as aldeias de ambos os grupos são compostas de casas comunais ocupadas por famílias extensas.

Contudo, para Meggers tanto os povos da terra firme como os da várzea não poderiam desenvolver uma organização mais complexa, pois “os imperativos ambientais excluíram a possibilidade de intensificação de ambos os padrões [na organização das sociedades de cada sub-região] e, assim fazendo, eliminaram a Amazônia como um berço em potencial de uma civilização mais avançada” (Idem: 179); ou seja, para Meggers o ambiente é tido como fator limitante para a complexificação das sociedades amazônicas.

Segundo Morán (1990, p. 150), “Meggers desencadeou uma tradição que aponta o ambiente amazônico como fator limitante para a presença de culturas complexas no trópico úmido” (ver mapa 3 na próxima página). Para tanto, ela tentou mostrar que os solos desta região, além de pobres são ácidos, e que por isso eles não poderiam sustentar populações grandes, só sustentaria as sociedades que, no máximo, praticassem o cultivo de corte e queima. Além disso, os solos não suportariam esse tipo de prática por mais três anos e as populações precisariam se mudar constantemente para que o solo pudesse se recuperar, lembrando que esse processo leva de 20 a 100 anos (MORÁN, 1990).

Alves (2002, p. 25) ressalta que Meggers adotou o modelo teórico difusionista de Julian Steward “de que os Andes Centrais eram o centro de difusão de culturas complexas na América do Sul que chegaram até à Amazônia” e que, além disso, ela concebe a Amazônia como uma área marginal periférica e acredita que as sociedades que se estabeleceram nesse local logo decaíram, sendo que as sociedades complexas só se estabeleciam em lugares onde os solos eram bons e ricos, que não era o caso dos índios da Amazônia, que ocupavam terras pobres.



Mapa 3. As regiões do trópico úmido.

Fonte: *A ecologia Humana das populações da Amazônia* de Emilio Morán (1990, p. 127).

De acordo com Morán (1990, p. 150), as críticas a respeito desta abordagem teórica de Meggers não demoraram a surgir, apesar de não serem consideradas na ocasião. Carneiro foi um dos que não apoiava o ponto de vista de Meggers; ele tentou mostrar que era possível, sim, sustentar populações de até duas mil pessoas sem que fosse necessário o deslocamento constante. Para chegar a essa conclusão ele observou que os índios Cuicurus do Alto Xingu conseguiam produzir uma safra de mandioca suficiente para sustentar uma população de duas mil pessoas (Idem).

Lathrap também concebia a Amazônia de antes da colonização, de forma hipotética, como uma área bem complexa que, por sua vez, também continha culturas também complexas (ALVES, 2002).

As concepções de Steward e Meggers sobre a Amazônia foram apenas o pontapé inicial para o desenvolvimento das pesquisas a respeito das sociedades daquela região. Outros trabalhos demonstram que as sociedades que habitaram essa região antes do período da colonização europeia não eram fruto somente da influência do ambiente como se imaginava, e também mostraram que elas mantinham um tipo de organização social mais complexo do que o concebido por Meggers.

3. A AMZÔNIA, O AMBIENTE, A ETNO-HISTÓRIA E AS TEORIAS

A compreensão da ocupação, dos grupos humanos e da organização social que ocorreram na região amazônica é realizada por meio de vários caminhos. Dados ambientais, fontes etnográficas e a investigação arqueológica, sejam cerâmicos, líticos, restos faunísticos e sepultamentos, buscam vestígios e fontes, encontrados na região e que nos dão conta da presença humana, com suas formas e condições de vida, deixados pelos povos que habitaram o período pré-colonial e pós-colonial e que nos dizem uma história natural bem como uma história cultural da Amazonas produzida por meio de relatos de viajantes. Essas investigações foram iniciadas tanto por brasileiros como por estrangeiros desde século XIX, porém, mesmo sendo antigas essas pesquisas, ainda existem muitas lacunas de estudo. Nesse sentido, diferentes abordagens teóricas tentam explicar as formas de desenvolvimento das sociedades que habitaram aquela região.

Os primeiros pesquisadores da região amazônica postularam que as sociedades que habitaram durante o período pré-colonial, eram sociedade simples que não poderiam sustentar uma organização social complexa. Acreditava-se que essas sociedades só poderiam se desenvolver, no máximo, até o nível de tribalização e que isso se devia ao fato destas sociedades estarem em um lugar onde o ambiente além de não proporcionar um desenvolvimento socioeconômico, também impedia o estabelecimento e o desenvolvimento de sociedades complexas.

Como trabalhado no capítulo anterior poderemos explicar sobre esse assunto que está relacionada à contribuição dos estudos que James Steward, lançou em 1948, a partir da publicação de *Handbook of South American Indians: The tropical Forest Tribes*. Esse foi a largada inicial para o debate sobre o determinismo ambiental e conforme o autor, bem como seus amigos de pesquisa considerava que os habitantes da floresta tropical por viverem numa região de solos pobres e escassa proteína animal, existiram poucas chances de uma gloriosa condição de sobrevivente. O determinismo ambiental levou apontar uma série de fatores condicionantes para a capacidade de adaptação dos grupos humanos ao meio. (Cf. MEEGERS, 1977)

A antropóloga Betty Meggers (1977) que recebeu influencia dessa teoria, realizou na região estudos, em especialmente sobre a questão do ambiente e do clima tropical úmido, que

teria ou não contribuído para o desenvolvimento dessas sociedades, bem como desaparecimento dos indicativos da memória amazônica. Como já afirmada no capítulo anterior ela teria expressado que não havia condições ecológicas para que estas sociedades pudessem manter os padrões de organização social, econômico e político semelhantes com os das sociedades Andinas. Porém, outros estudos vêm evidenciando, especialmente na Ilha de Marajó, que as sociedades que alí foram estabelecidas possuíram uma tradição de mais de mil anos e que os vestígios cerâmicos encontrados nas pesquisas arqueológicas mostram uma tradição policroma.

Essas interpretações realizadas por Meggers partiu do estudo da relação meio ambiente e cultura, buscando estabelecer laços entre homem e natureza no processo adaptativo comportamental. O meio ambiente regional amazônico deve-se começar pelos estudos do ecossistema, onde engloba clima, vegetação e fauna. É necessário conhecer seu bioma, sua natureza, sua composição do meio ambiente. Por exemplo, chuvas, vento, temperatura e umidade exercem grande influência na região e consequentemente na sociedade que ela habita. Existem chuvas torrenciais, por exemplo, que duram um período de 2 horas, acompanhadas de fortes trovoadas e que não se distribui uniformemente, bem como ventos leste penetram as calhas dos rios levando as nuvens de chuva para o interior amazônico. (Cf. MEGEERS, 1977)

Betty Meggers durante estudos que realizou entre as décadas de 50 a 70 do século XX seguindo linhas evolucionistas, neoevolucionismo, a partir de teorias e metodologias abrangentes expressou nas suas publicações que o ambiente amazônico era pobre para o desenvolvimento de sociedades complexas, com solo ácido, lixiviados e frágeis, impróprios para a subsistência humana. Assim acreditavam na não existência de ocupações por longos períodos, tendo em vista ao fato do ambiente amazônico ser considerado pobre para sustentar grandes populações sedentárias. No livro *Amazônia, a Ilusão de um Paraíso*, reconhece “a superioridade da várzea do Amazonas e seus grandes tributários, locais onde as artes e a política poderiam ter alçado outros vãos, devido à fertilidade superior dos solos e à oferta abundante de fauna aquática” (SCHAAN et alii, 2007, p. 68)

Essas concepções obtiveram influências em várias outras pesquisas desenvolvidas no Brasil e a dicotomia várzea/terra firme³ persistiu nos trabalhos arqueológicos e antropológicos

³ Várzea é definida como uma área alagada sazonalmente às margens dos grandes rios apresenta uma alternância de períodos de abundância e escassez, já terra firme é definida como ecossistema de mata tropical afastado das

posteriores, incluindo inclusive autores que não concordavam com as afirmações de Meggers. Um reflexo de sua influência está na pesquisa arqueológica realizada na área de impacto da construção⁴ das Usinas Hidrelétricas Tucuruí, Balbina e Samuel nos estados do Pará, Amazonas, Rondônia, respectivamente.

Em cada uma dessas áreas citadas anteriormente foram realizados estudos com relação à distribuição de assentamentos e tempo de ocupação, por sociedades humanas: em Balbina os dados obtidos são inconclusivos para dizer algo sobre os assentamentos; em Tucuruí escavações estratigráficas em sítios de habitação da fase Tucuruí mostram uma descontinuidade, que implicam em várias reocupações e em Samuel as pesquisas demonstram que os assentamentos foram reocupados vários vezes com presença de uma ou mais fases cerâmicas. As várias ocupações em uma mesma área justificam o fato dos sítios arqueológicos serem maiores que o tamanho dos assentamentos (MILLER et alii., 1992).

Os dados arqueológicos colhidos nesta região apontam que nas áreas impactadas pela construção dessas hidrelétricas “não confirmam a existência de assentamento de porte e permanentes [em períodos] pré-colombianos, pelo contrario eles indicam que a característica tem sido a de aldeias pequenas com frequentes mudanças desde a adoção de plantas domesticas” (MILLER et alii., 1992, p. 85).

Contudo concluiu-se neste trabalho que “as evidências arqueológicas demonstram que o comportamento social e de assentamento exibidos pelos grupos indígenas amazônicos contemporâneos perpetuam padrões adotados pelo menos 2.000 anos antes do contato europeu” (MILLER et alii., 1992, p. 87)

Seguindo essas afirmações, faz-se necessário conhecer o panorama do ambiente amazônico, bem como outras vertentes que dão conta das contradições teóricas e dos embates sob alguns aspectos das sociedades que habitaram essa região.

margens dos grandes rios e irrigado por “igarapés” ou pequenos braços dos rios principais que se dirigem para o interior. (MEGGER, 1977) Outra definição de várzea e uma planície sazonalmente inundável que ocorre ao longo da calha do rio e na foz de seus afluentes. Essa planície é formada com o depósito de material em suspensão transportado pelo rio. Quimicamente o rio Amazonas é considerado rico e farto em material depositado, pois seus formadores, nascentes nas serranias andinas, descem velozmente em direção leste, erondindo as margens e carregando grande quantidade de sedimento. (FAUSTO, 2012, p. 30).

³ Uma visualização ente as águas claras e águas pretas pode ser constatada da confluência do rio Negro e Solimões.

⁴ A Eletronorte foi à empresa responsável pela construção destas hidrelétricas.

3.1 O ambiente amazônico propriamente dito

A apresentação do meio físico da Amazonas (terras altas (firmes) e várzeas, florestas, cerradas e alagadas) sempre se apresenta de maneira a grandes proporções do seu território, sua vegetação, sua fauna, sua flora, seus solos, sua hidrologia e sua dinâmica climática. O fato de a região ter sido apresentada sempre como o império das florestas equatoriais, de disposição zonal, acarretou distorções sérias nos estudos dos ecossistemas regionais.

Muitos podem acreditar que Amazônia, por sustentar uma floresta tão densa, possua solos⁵ bem férteis. No entanto boa parte desses solos é ácidos e pobres, resultado do intenso intemperismo químico e biológico, para proporcionar o cultivo de plantas comestíveis. Ao mesmo tempo em que esse terreno ácido se contradiz com uma diversidade e o desenvolvimento da floresta. Isso poder ser constatado nas pesquisas e estudos de Anna Roosevelt quando caracteriza o habitat dos povos pré-históricos, onde viveram em uma “densa floresta tropical úmida com solos ácidos pobres, incapazes de proporcionar aos caçadores-coletores uma abundância de animais e plantas comestíveis e inadequados para a adoção da agricultura intensiva.” (ROOSEVELT, 2009, p. 55)

De acordo também com Morán (1990, p. 151),

Quase 75% da bacia amazônica é dominada pelos oxissolos e ultissolos, caracterizados pela sua acidez, pobreza química, excelente estrutura física, cor vermelho e amarela e boa drenagem. Uns 14% estão representados por entissolos, inceptissolos e glei hidromórficos, solos mal drenados e aluviões, geralmente encontrados nas áreas de várzea, restingas e igapós. A fertilidade depende da fonte do aluvião, que pode ser ácido ou básico. Em 8% da bacia encontram-se solos de média e alta fertilidade, bem drenados que incluem os alfissolos, vertissolos e molissolos. Os podzols, que cobrem apenas 3% da região, subjazem as bacias drenadas por rios negros.

Essa limitação acaba impedindo esses povos a se fixarem em um lugar, assim como impedia também a sua complexificação. Porém essa realidade é bem diferente nas várzeas amazônicas que possuem “precipitação relativamente abundantes, fortes radiações solares e

⁵ Os solos constituem tipos de *tecidos*, formados pela decomposição ou alteração superficial de rochas de cada área ou região. São, na maior parte das vezes, reelaborados pela coluviação, aluviação sazonal, infiltração e evaporação estacional de águas, e pela presença de microorganismos, nutrientes minerais, animais fuçadores, colóides de componentes graxos e matéria orgânica oriunda da deterioração das raízes e da porção basal do folheto. (AB’SABER, 2002)

solos ricos, oferecem alta quantidade de biomassa aproveitável e excelentes recursos para o cultivo de plantas” (ROOSEVELT, 2009, p. 55).

Como podemos perceber os solos férteis são achados em menor quantidade na região amazônica, eles podem ser encontrados, por exemplo, nas planícies dos rios de águas brancas. A baixa fertilidade dos solos amazônicos é um reflexo da sua formação geológica, o que pode ser observado no mapa 4 a seguir. Segundo Neves (2006) “com exceção dos Andes, que são uma formação recente, a bacia amazônica esta implantada sobre áreas geológicas antigas, sujeitas às condições extremas dos climas tropicais” (NEVES, 2006, p. 16). Outro autor, Porro (1995), que direciona seus pensamentos pelo mesmo caminho acrescenta que 98% da planície amazônica são constituídas de terra firme⁶ e apenas 1,5 % formada por terra de várzea. Ele ainda diz que “o ciclo da várzea e consequentemente o ciclo anual das atividades de subsistência humana, não depende, como na terra firme, da alternância de estações seca e chuvosa, mas do regime fluvial” (PORRO, 1995, p. 13)

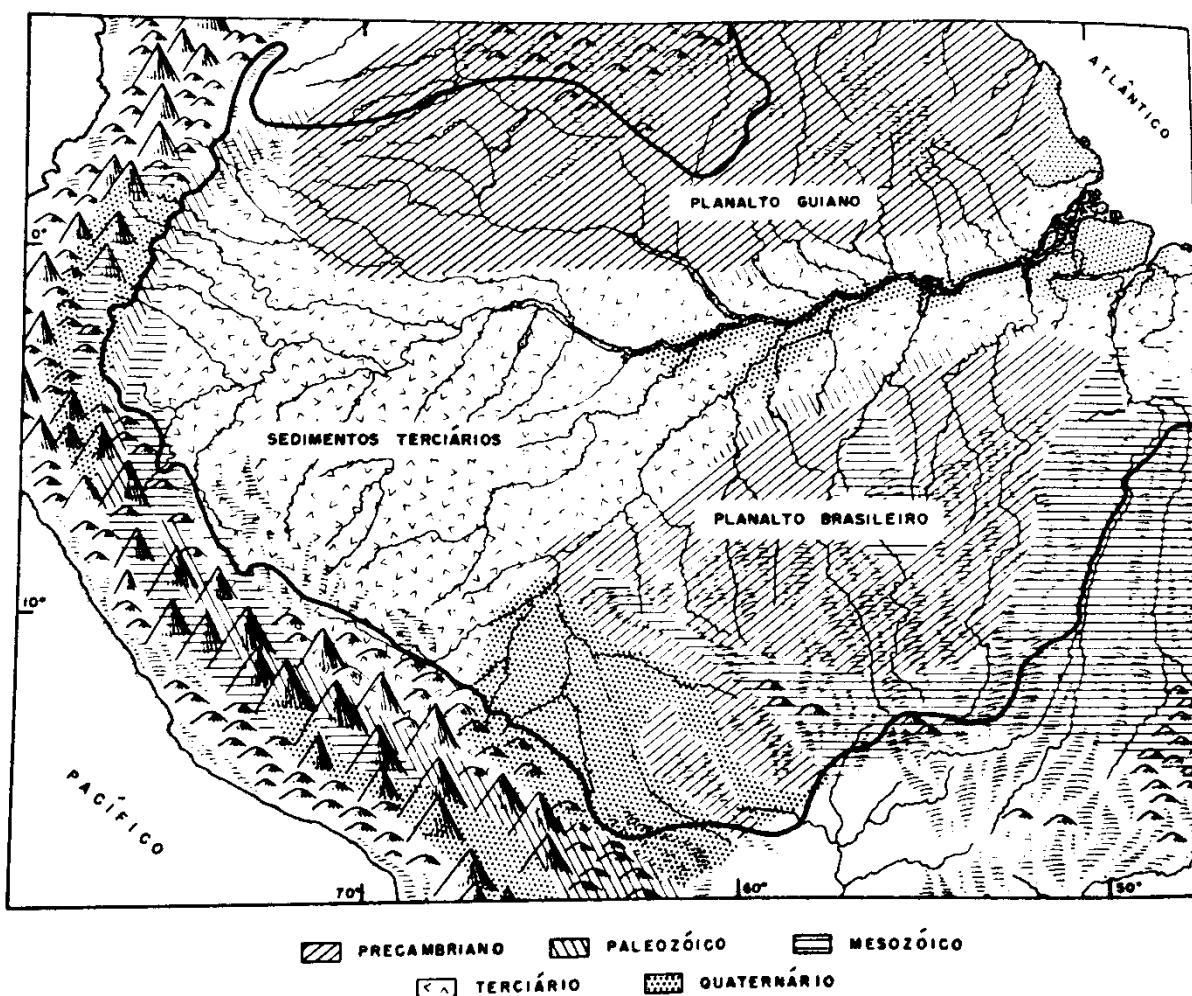
Sobre o uso desse tipo de solo Adams et alii (2005) esclarece que apesar das várzeas ser relativamente férteis, o seu ambiente é de alto risco e apresenta desvantagens para a ocupação humana como por exemplo, a impossibilidade de se cultivar ao longo de todo o ano, devido as inundações periódicas; a existência de inundações extremas ocasionais que recobrem os terrenos mais altos e na região estuária, as variações diárias da maré. Por conta disso, muito pesquisadores dizem que as sociedades pré-históricas não poderiam depender somente deste tipo de ambiente para a agricultura, assim utilizaria a terra firme de maneira complementar (ADAMS et alii, 2005, p. 2). Já está confirmada na bibliografia contemporânea que a combinação de pesca, caça e coleta nas áreas de várzea complementaria formas alternativas de agricultura como a coivara, suprimindo a subsistência de agregados populacionais bastante grandes.

Na floresta amazônica, assim como nas demais florestas tropicais, cerca de 8% dos nutrientes minerais estão presentes no solo, 75% estar na biomassa vegetal e 17% encontra-se nas folhas em decomposição no solo e sem a cobertura vegetal necessária o solo fica vulnerável aos efeitos das chuvas e do calor ocasionando o empobrecimento do solo. (MEIRELLES FILHO, 2006)

⁶ Exemplos são os enclaves de cerrados, ilhados no meio das grandes matas.

Neste panorama as áreas de terra firme são consideradas pobres para o cultivo intensivo, já os solos de várzea são tidos como os mais produtivos nesta região. As terras de várzea, ao contrário das terras firmes, são bem férteis e podem sustentar o cultivo ano após ano. Aproximadamente 98% da bacia amazônica é constituída de terra firme e somente 2% dela é composta por terras de várzea (MORÁN, 1990).

E sobre toda essa especificidade de floresta, solos e vegetação, é necessário salientar que os indígenas do Brasil tinham uma noção empírica, porém integrada, de todos os compartimentos rasos de uma planície de inundações, até os setores brejosos da várzea dominado por gramíneas, caracterizando a sua rampa ascendente florestada, até passar ao baixo terraço ou à base das vertentes de florestas de “terra firme” (AB’SABER, 2002).



Mapa 4. Fonte: MEGGERS, 1977, p. 28.

A zona de baixadas da floresta tropical está demarcada por linhas mais fortes. As partes setentrionais e meridionais são de origem precambriana e paleozóica, enquanto que as partes central e ocidental são compostas de sedimentos depositados durante o Terciário. Solos de origem recente são restritos à Várzea, do médio e baixo Amazonas e nas cabeceiras do Rio Madeira, ao sul, onde se depositam anualmente os sedimentos que descem dos planaltos andinos. (GIBBS, 1967, apud Meggers, 1977 Fig. 2)

A terra firme, normalmente, é um lugar que não sofre inundações e que geralmente possui altitude acima de 50 metros acima do nível do mar. Seus solos resultam de formações pré-cambrianas e possuem uma variável qualidade, com predominância dos solos pobres e ácidos (MORÁN, 1990).

A densa floresta tropical que se encontra nas áreas de terra firme está sobre solos, em geral, de baixa fertilidade e de frágil equilíbrio ecológico. Porro afirma que “a floresta é essencialmente alimentada não pelos nutrientes do solo, que são escassos, mas pelo húmus que ela mesma produz por decomposição de suas partes mortas e que ela protege com suas copas contra a violência da chuva e do sol”. (PORRO, 1995, p. 12) Nesta região são encontrados vários tipos de ecossistemas, os que mais se destacam são as “florestas pluviais, florestas decíduas, savanas bem drenadas, savanas mal drenadas, florestas antropogênicas e florestas montanhosas” (MORÁN, 1990, p. 137).

Esses tipos de florestas estão diretamente relacionadas a capacidade produtiva, pois muitas recebem tipos de água diferente chamadas de água branca, água clara e água preta.⁷ Os rios de água branca, devido a sua coloração barrenta nascem nas Cordilheiras dos Andes, que durante as erosões levam grande quantidade de sedimentos para as margens inferiores fertilizando assim as várzeas com nutrientes. Em contrapartida os rios de água preta e de água clara nascem nas Guianas e no Brasil Central, onde percorre um relevo constituído de rochas duras que possibilitam pouca capacidade de erosão e nesse sentido ocasiona poucos recursos de nutriente ocasionando uma baixa incidência de produtividade alimentar.

Os solos determinam a decomposição das substâncias vegetais mortas, seja no sentido da oxidação, no caso dos latossolos, originando-se aí águas claras, ou seja, da redução, no caso dos podsolos, formando-se aí, de imediato,

⁷ Uma visualização ente as águas claras e águas pretas podem ser constatadas da confluência dos rios Negro e Solimões.

húmus cru, que dissolvido nas águas de percolação vai alcançar o lençol freático, tingindo-o, para depois aflorar em igarapés de água preta. (SIOLI, 1985, p. 51).

Outro ponto de estudo que está relacionada diretamente com a bacia hidrográfica é a questão da densidade da floresta amazônica e o uso do solo. A partir de um panorama geral, muitos acreditavam que a floresta possuía uma característica homogênea. Porém, observando detalhadamente, descobriu-se que a cobertura vegetal possui uma variedade tanto de espécie como de localização e isso influi na presença ou não de populações nativas. Segundo Harald Sioli (1985) o uso da terra pela população nativa foi de forma *shifting cultivation*, ou seja, “o estabelecimento de pequenas áreas de derrubadas e queimadas (roças)... em consequência da rápida exaustão, estas roças são 2 a 3 anos após, invariavelmente abandonadas,” (SIOLI, 1985, p. 62). Porém, essas áreas têm demonstrado em novos estudos que são altamente produtivas, mesmo depois do abandono, cuja existência de plantas utilizadas na alimentação, como medicamentos, como material para acondicionamento, como material para tintura, como repelentes, como material para construção que são bastante utilizados no cotidiano das populações. A questão central do desmatamento dessas áreas está relacionado a preservação aos frutos, troncos e folhas, onde foram intensamente utilizados e que em acampamentos em céu aberto geralmente não são preservados. Mas a existência de uma reciclagem a partir da decomposição e absorção de folhas e troncos no solo proporciona uma revigoração e restauração da biomassa e apenas uma parte dos nutrientes seja absorvida pelo solo.

A chamada terra preta é considerada a matriz sedimentar de importantes sítios na Amazônia. Por possuir altos índices de fertilidade, tornou-se objeto de disputa, inclusive na atualidade. Os estudos tem demonstrado que os sedimentos dessa terra estão relacionados ao manejo das matas durante todo o decorrer da pré-história, por meio de uma origem antrópica. (Cf. FAUSTO, 2010).

Os estudos da história geológica da região amazônica têm apresentado resultados que direcionam para áreas geologicamente antigas.

3.2 As teorias em discussão

É nisso que reside a teoria de Meggers sustentando a alegação de que a imprevisibilidade dos recursos de subsistência, como a pobreza de recursos ambientais teria limitado o desenvolvimento do sedentarismo e a inviabilização dos processos de complexificação social e como consequência entraves ao desenvolvimento das sociedades indígenas, inviabilizando a concentração e crescimento populacional.

A floresta tropical sul-americana, também conhecida como floresta amazônica, foi considerada pobre em recursos naturais, com solos impróprios para o cultivo, bem como inadequada para pesca e caça intensiva. (FUNARI & SILVA, 2009, p. 48).

Porém esse modelo de determinismo ambiental⁸ com essa inaptidão ecológica inerente a Amazônia está a cada dia sendo contestado com novos estudos, principalmente através dos vestígios arqueológicos que tem demonstrado um quadro que contradiz as teorias deterministas. A história da ocupação pré-histórica do continente sul-americano e da floresta tropical tem apontado o caminho para explicação que contradizem as antigas afirmações. Roosevelt (2009) traça uma linha do tempo dando conta dessa presença, como sendo o processo longo de desenvolvimento e adaptação seja social, econômico ou cultural ao meio ambiente. Abaixo segue a sugestão da autora.

- 1 - Ocupação paleoindígena há 11.200 anos AP, isto é, no Pleistoceno Tardio;
- 2 - Cultura de pescadores e coletores ao longo do Amazonas, durante o Holoceno, entre 7.500 e 4.000 anos AP, quando se iniciou a produção de cerâmica;
- 3 - Evolução para horticultores de raízes, entre 4 mil e 3 mil anos AP, com produção de cerâmicas com decoração incisa, apêndices zoomorfos e localmente pinturas geométricas vermelhas e brancas em pleno Holoceno;
- 4 - Cultura dos construtores dos tesos (mounds) desde 1.000 anos AC;
- 5 - Sociedades complexas e hierarquizadas, relacionadas aos horizontes cerâmicos policrômicos, incisos e ponteados, que foram desarticuladas pela conquista. (ROOSEVELT, 2009, p. 53)

⁸Determinismo ambiental iniciou posteriormente a Segunda Guerra Mundial onde vários estudiosos estavam dedicados a modos explicativos sob ponto de vista neocolonial evolucionista. Essa teoria acredita que o meio ambiente determina a cultura da sociedade que na região habita. (FUNARI & NOELLI, 2009, p. 53)

E nova visão da pré-história amazônica com várias pesquisas arqueológicas encontrou um rico patrimônio que revela evidências de uma longa e substancial sequência de desenvolvimento indígena na Amazônia.

Muitos pesquisadores acreditam que essa visão simplista de uma Amazônia imensa e dividida em dois habitats principais é bastante suficiente para uma refutação. E novos trabalhos desde a década de 90 do século passado vêm sendo produzido, porém muitos, apesar de apresentar novidades e contestações, ainda trazem a superioridade da várzea presentes na literatura arqueológica, num entanto Schaan et alii (2007), demonstra em uma publicação intitulada *Geoglifos da Amazônia ocidental: evidência de complexidade social entre povos da terra firme*, que a pesquisa em áreas de terra firme é tão importante quanto a pesquisa nas várzeas amazônicas, ou seja, para que se possa compreender o modo de vida das sociedades pré-históricas amazônicas não se pode estudar o seu ambiente pela metade, é necessário estudar tanto a terra firme com várzea, dessa forma pode-se ver de maneira mas abrangente a complexidade das sociedades que habitaram esta região no período pré-colonial

O ambiente amazônico ambiente não é homogêneo e nem toda sua totalidade é pobre em recursos que possam proporcionar o sustento de sociedades densas e sedentárias. Pesquisadores começaram a discordar desse ponto de vista propondo a existência de sociedade complexas. Donald Lathrap foi um desses pesquisadores que “considerava a Amazônia não como um recipiente passivo, mas como um grande doador de cultura para o resto da América do Sul” (CARNEIRO, 2007, p. 123), mesmo não propondo uma teoria detalhada e coerente sobre a população (cacicados) e principalmente sobre a origem da mesma, Lathrap indicou os recursos alimentares e a pressão populacional como fatores responsáveis por esse processo.

Essa pressão populacional apresentada por Lathrap através das migrações das sociedades foi denominada por Carneiro (2007) como “modelo cardíaco”, pois conforme explicação do mesmo “quando a pressão populacional ao longo do Amazonas Central atingiu certo nível, ventrículos ecológicos começaram a contrair, empurrando rios de pessoas para fora do lotado coração do Amazonas em direção às artérias” (CARNEIRO, 2007, p. 123), ou seja, quando a densidade demográfica alcançava um determinado ponto estas sociedades teriam que ocupar outras áreas, além daquelas que elas preferiam.

Esse processo é contínuo e não temporário, supondo que as sociedades tendem a aumentar sempre. Dessa forma a “pressão populacional [é] relativamente constante e gruas de

migração [também são] relativamente constantes [...] por contrações sucessivas dos ventrículos ecológicos, rios de Arawaks, Caribes e tupis foram impulsionados aos pontos mais distantes do Amazonas” (CARNEIRO, 2007, p. 123).

O modelo cardíaco rotulado por Carneiro oriundo das tentativas explicativas das sociedades amazônicas está relacionado também a distribuição linguística e tribais existentes em 1500. Ele acredita que os acontecimentos ao longo do Amazonas central parecem “ser a chave para os aspectos mais importantes da pré-história amazônica no resto da bacia amazônica” (CARNEIRO, 2007, p. 123).

Em 1970, Carneiro publicou um artigo no qual apresenta uma explicação para a presença de cacicados nas margens do rio Amazonas e em áreas além delas. Para responder essa questão ele diz que é necessário observar as condições ambientais sustentadas por este rio. Conforme o autor em questão as terras de várzea são consideradas de primeira qualidade para o cultivo e não necessitam de descanso, podendo, dessa forma, ser cultivada ano após ano. Sendo assim acreditava-se que esses solos eram muito cobiçados pelos agricultores nativos. Hoje, sabe-se que grandes cacicados surgiram em áreas de várzeas. (ADAMS & et alii, 2005)⁹

Além disso, as águas do rio Amazonas eram “extraordinariamente generosas, provendo peixes, peixe-boi, tartarugas e ovos de tartarugas, assim como outros alimentos ribeirinhos em quantidades inexauríveis” (CARNEIRO, 2007, p. 124). Por conta de tanta fartura de recurso nessa área, as terras que ficavam mais distantes da várzea eram consideradas inferiores para serem habitadas. Dessa forma logo essas áreas férteis começaram a ficar densamente povoadas. Carneiro (2007) ainda ressalta que “a concentração ocorreu ao longo e muitas partes do rio, ocasionando guerras nas áreas ribeirinhas [...] e os [grupos] que perdiam a guerra, para que continuassem a ter acesso ao rio, frequentemente não tinha escolha senão submeter-se aos vitoriosos” (CARNEIRO, 2007, p. 124). Foi por causa da subordinação, das aldeias que perdiam, a um chefe supremo, que os cacicados surgiram ao longo do rio Amazonas.

Mesmo dando uma boa explicação para a questão dos cacicados amazônico, as alegações de Carneiro foram acrescentadas pela estudiosa Anna Roosevelt, quando explicitou

⁹Os solos de várzea são considerados de “fertilidade relativamente elevada e [com] ricos recursos da fauna aquática”. (ADAMS, MURRIETA & SANCHES, 2005, p. 3).

que aqueles grupos que eram vencidos e que não queriam ser subjugados pelos vencedores, não poderiam ir para muito longe das áreas de disputas, ou seja, fora das várzeas, pois não encontrariam muitos recursos disponíveis em outras áreas. A explicação de Carneiro, apresentada pelos seus estudos, ficou aparentemente subentendido que os vencidos teriam a disposição outro lugar disponível para se deslocarem. (Cf. CARNEIRO, 2007)

Assim Carneiro retomou seus estudos buscando resolver essa questão anteriormente pendente. Para isto ele acrescentou em sua teoria a circunscrição social, “que resulta quando densidade populacional cresce em uma dada área, chegando ao ponto em que as pessoas são impedidas de se mover de seus locais porque todas as terras em voltas estão ocupadas.” (CARNEIRO, 2007, p. 127) Dessa forma eles eram subjugados a incorporação forçada na unidade política dos vencedores.

Devemos esclarecer que para apresentar essas discussões Carneiro utilizou-se de dados etno-históricos, pois elas sugeriram que a circunscrição social estaria presente na região do seu estudo mesmo antes de 1542. Essas fontes ainda acrescentaram que os assentamentos eram muito próximos um dos outros ao longo do rio Amazonas e como não havia mais espaço na frente do rio, o interior era também habitado, dessa forma havia confrontos constantes entre aqueles que habitavam as margens do rio e aqueles que habitavam o interior para ver que ficava com as melhores terras. Segundo o próprio autor essa pode não ter sido uma evidência conclusiva para a existência da circunscrição social ao longo do rio Amazonas, mas pelo menos já aponta nessa direção. Assim, essa proposta acredita-se ter corrigido sua teoria. Além disso, afirma que “assim como os cacicados em outros lugares do mundo, aqueles da Amazônia emergiram através da guerra de conquista, desencadeada pela pressão populacional, operando em uma região tão densamente ocupada que escapar era efetivamente impossível”. (CARNEIRO, 2007, p. 127).

Juliana Machado diz que ambas as hipóteses de circunscrição, seja ambiental ou social¹⁰, de Carneiro tem a sua validade e ainda afirma que:

A concentração de recursos acarretaria um adensamento populacional, que, por sua vez, levaria a necessidade de organização da sua exploração, criando as condições necessárias para uma complexificação da organização social e política [e que] a progressiva centralização política, decorrente de um

¹⁰Tanto a circunscrição social quanto a ambiental resulta da densidade populacional, quando um grupo vencido na guerra e não tendo para onde ir, é então subjugado à incorporação forçada na unidade política dos vencedores. (CARNEIRO, 2007, p. 127).

crescente necessidade de exploração dos mesmos recursos por um número cada vez maior, levando tanto a avanços tecnológicos na exploração desses recursos como a uma progressiva diferenciação social (MACHADO, 2006, p. 770).

Ainda de acordo com Juliana Machado (2006), “a hipótese de que o surgimento e acirramento das diferenças sociais seriam decorrentes do acesso a determinadas áreas de recursos e da competição por elas” (MACHADO, 2006, p. 771). Essa hipótese é muito utilizada por boa parte dos pesquisadores, como base na interpretação arqueológica.

Isso vem desmistificar essa ideia de Amazônia intocável e a arqueologia também tem demonstrado que a bacia amazônica era densamente povoada por diversos povos indígenas, o que contradiz com a aparente baixa densidade demográfica contemporânea, em virtude da antiga inaptidão ecológica, quando afirmava que a região estava condenada a um baixo desenvolvimento por conta das questões ambientais.

Por exemplo, a pesquisadora Anna Roosevelt elaborou uma nova proposta ecológica para explicar como os cacicados amazônicos¹¹ surgiram. Segundo a autora sua teoria foi baseada na necessidade de obtenção diárias de proteínas para sustentar ou desenvolver uma sociedade ao nível de um cacicado, utilizando o milho como principal fonte de proteína. Além disso, as pesquisas arqueológicas dessa autora vêm sendo confirmadas com a documentação realizada pelas primeiras viagens realizadas por europeus ao longo do rio Amazonas a partir do século XV. Essas evidências documentais, antes consideradas como imaginosas, se confirmam com as descobertas arqueológicas mencionadas por Anna Roosevelt. Nesse sentido, uma população existente no século XV possuía uma diversidade cultural, modos de vida diferentes, organizados em vários grupos sociais. Não era uniforme em termos territoriais, viviam em assentamentos de forma hierarquizada. Exemplo dos índios Tapajós. Outros povos eram nômades com economias baseadas na caça, pesca e coleta. (Cf. ROOSEVELT, 2009).

Retomando a questão da proteína, essas discussões sobre a necessidade delas no organismo da população já existem há mais de dez anos na Amazônia e entre as mais aceitas há um ponto em comum: todos concordam que, para que um cacicado possa se desenvolver é preciso que haja uma fonte de proteína substancial e essencialmente móvel e que qualquer

¹¹Os cacicados amazônicos são aqueles com características de sociedade hierarquizada, vivem em áreas urbanas, realizam agricultura intensiva e aterros agrícolas, integrados a grandes áreas. (ROOSEVELT, 1992).

sociedade que depende da caça para obter a maior parte de sua proteína não seria uma boa candidata para se desenvolver ao nível de cacicado. (Cf. CANEIRO, 2007).

Porém, segundo Carneiro (2007) a eliminação da caça por algumas comunidades restava apenas os produtos aquáticos, sejam peixes ou tartarugas, por exemplo, bem como do cultivo de produtos com fonte de proteína, sendo que de todos os maiores cultivos, o milho que é apresenta à maior quantidade de proteína e foi justamente o milho que pesquisadores tem escolhido para justificar o surgimento dos cacicados. Ana Roosevelt foi uma dessas pesquisadoras que utilizou o estudo do milho na alimentação proteica afirmando que foi o milho que proporcionou a criação dos cacicados do rio Amazonas e do rio Orinoco. Segundo Roosevelt,

As populações humanas tem uma tendência a crescer e a colocar pressão nos recursos de subsistência [...] se o cultivo intensivo de grãos poderia ter elevado a capacidade de carga dos habitantes da várzea, então o cultivo do milho teria sido levado a sério logo após a planta ter sido introduzida. (ROOSEVELT, 1992 apud CARNEIRO, 2007, p. 128).

É necessário acrescentar uma observação de considerável importância para a compreensão do estudo da formação dos cacicados. A introdução do milho na cultura alimentar deveria ser considerada como única fonte, com quantidade adequada de proteína que poderia ter sustentado as sociedades amazônicas. Lembremos que os recursos proteicos que proviam de ambientes aquáticos como o peixe, o peixe-boi e a tartaruga e os ovos da tartaruga, não proporcionavam uma quantidade de proteína suficiente para sustentar essas sociedades. Nesse sentido, o milho seria considerado como especialidade para a manutenção dessas sociedades.

Uma das formas que Carneiro utilizou para confrontar as observações de Anna Roosevelt foram a busca de fontes etno-históricas¹² por meio dos antigos relatos e nas narrativas de exploradores, religiosos, administradores e naturalistas sobre as sociedades que

¹²É necessário frisar que as fontes etno-históricas apesar de fornecerem boas informações sobre os antecedentes das populações indígenas coloniais não fornecem evidências definitivas sobre a organização política e social ou informações quantitativas seguras sobre a subsistência ou demográfica. Sempre se faz necessário o cruzamento de outras fontes, principalmente, arqueológicas, para realizações conclusivas de pesquisa sobre várias temáticas. (ROOSEVELT, 2009).

habitaram as margens do rio Amazonas. Esses dados, antes consideradas como imaginosos, são evidências documentais descritas desde o século XVI por viajantes europeus como, por exemplo, Carvajal, Bettendorf, Acuña, Gumilla e Heriarte que percorreu ao longo do rio Amazonas.

Os relatos de Gaspar de Carvajal são considerados os mais antigos que se tem notícia, datados de 1542. Eles falam repetidamente de suprimentos alimentícios como peixe, tartaruga, carne e beiju em grande quantidade e que essa fartura de alimentos (MEDINA, 1934 apud CARNEIRO, 2007, p. 128) Além disso, sobre o povo e a organização social, em uma das suas anotações Carvajal relata que:

Quando chegaram, vimos que cada um tinha um palmo a mais do que o mais alto de nós, e eram muito brancos. Seus cabelos chegavam até à cintura. Usavam muitas jóias e muitas roupas. Trouxeram muita comida e chegavam com tanta humildade que todos ficamos espantados com sua atitude e boa educação; (...) e disseram que eles eram vassalos de um Cacique muito importante, e que por sua ordem, tinham ido até lá para saber quem éramos, o que queríamos e de onde vínhamos” (Carvajal, 1992.apud CARNEIRO, 2007).

Outro relato, porém realizado um século depois dos primeiros relatos ocorridos na região amazônica é do Padre Cristóbal de Acuña, integrante da expedição de Pedro Teixeira de Belém, realizada à Quito e m 1641. Que nos seus escritos descreve ainda a existência de muita fartura de animais aquáticos, além de abastecerem de grandes colheitas de mandioca e milho. Ainda acrescenta que o gosto maior desses habitantes estava no peixe, que de tanta abundância eles os pegavam todos os dias no rio. Ele diz também, que o peixe-boi era encontrado em maior quantidade no rio Amazonas, em relação aos outros animais aquáticos (CARNEIRO, 2007).

Apesar do fato de que eles não podem preservar a carne do peixe-boi seco por muito tempo [...] eles não deixam de ter carne fresca durante a estação chuvosa [...] eles pegam [...] tartarugas, em tal abundância que não existe curral que não tem cem ou mais tartarugas, de maneira que esses nativos nunca sabem o que é fome, uma vez que uma só tartaruga é suficiente para satisfazer uma família inteira independente de quantos membros tenha. (ACUÑA apud CARNEIRO, 2007, p. 129).

Além dos relatos de Carvajal e de Acuña, outros autores também apresentaram descrições das sociedades ribeirinhas. Outro exemplo foi o Padre José Gumilla que também mostrou a fartura de alimentos proveniente do rio Orinoco.¹³ Ele também menciona que independente da estação do ano é recompensador pescar, já que os peixes são encontrados com abundância durante todo o ano, seja em período de chuva ou de seca.

Durante os meses em que o Orenoco está alto, os índios fazem uso [para pescar] somente de paus ou os que preferem lanças [...] eles vão para os planos baixos onde a enchente proporciona cerca de três pés de água, e lá várias espécies de peixes aparecem para brincar e alimentar-se [...] Então, pode-se vê-lo nadando entre os juncos, e, como cada um prefere, os índios vão em torno abatendo-os, não ao acaso, mas seletivamente. [...] Há todos os tipos de peixe para cada um, e em uma incrível abundância. [no período de seca] os índios experimentam pescar ainda maior e mais abundante com o rio Orenoco está baixo e começa a receber suas águas de volta, que estavam previamente espelhadas por uma grande área porque eles então bloqueiam com barreiras os canais que levam para as lagoas, deixando uma inumerável incrível quantidade de peixes à sua disposição em águas muito baixas. Mas a captura verdadeiramente incalculável de peixe ocorre nas grandes lagoas, que são invadidas por inumeráveis tartarugas e catfis, [...], laulaos [...] e especialmente um sem número de peixes-boi (GUMILLA apud CARNEIRO, 2007, p. 130).

Pós esse relato, Gumilla ainda acrescenta a grande quantidade de tartarugas e ovos de tartarugas disponíveis e que a convivência dessa população naquele local proporcionou os índios um suprimento de proteína variado, de fácil obtenção, anual e inexaurível. Assim “qualquer teoria que sustente que o crescimento de grandes populações e a emergência de

¹³O rio Orinoco (ou Orenoco) é um dos principais rios da América do Sul, e tem a terceira maior bacia hidrográfica neste continente, cobrindo uma área de 880 000 km². É o principal rio da Venezuela, abrangendo quatro quintos do território do país, que percorre sinuosamente por 2 740 km. Além da Venezuela, a bacia do Orinoco abrange um quarto do território da Colômbia. A sua nascente é na serra Parima, no sul da Venezuela, próximo da fronteira do Brasil, a uma altitude de 1047 m. Descendo os contrafortes da serra com violência devido a uma forte inclinação na direção oeste-noroeste, chega a ter 500 m de largura com corredeiras espetaculares. A partir de uma bifurcação em seu leito, o curso do rio muda para a direção noroeste. Ainda no alto curso o rio tem um braço chamado de canal Casiquiare, que interliga o Orinoco com as águas do rio Negro, o principal tributário da margem esquerda do rio Solimões. Circunda assim o Planalto das Guianas. (<http://pt.wikipedia.org>)

cacicados ao longo do Amazonas e Orenoco não poderia ter ocorrido na base de recursos aquáticos, mas teria que aguardar a chegada do milho, parece insustentável”. (CARNEIRO, 2007, p. 130).

Assim o que podemos perceber que esses quadros apresentados pelos viajantes sobre a alimentação e especial, sobre a pesca é bem diferente do que Anna Roosevelt apresentou na sua teoria. Ela atribui uma escassez e um uso sazonal dos peixes, tartarugas e peixe-boi em contradição com os relatos dos antigos viajantes que além de apresentar abundância deixa claro a relação dependente dessas sociedades por todo o ano. Além disso, mostra também que o excedente de peixes, em alguns casos, era utilizado como moeda de troca com as aldeias do interior que aparentemente não tinha acesso ao rio (ROOSEVELT, 2009).

Nesse sentido fica claro que os recursos alimentícios proveniente do rio Amazonas e Orinoco além de abundantes eram sim principal fonte e recurso de proteína das sociedades que viviam as suas margens e como foi observado nas leituras anteriores os argumentos do pesquisador Robert. L. Carneiro acerca das sociedades amazônicas são bem pertinentes e acaba deixando a teoria de Anna Roosevelt, onde afirma que o cultivo intensivo e consumo do milho seria a principal fonte de proteína dessas comunidades, sem sustentação (CANEIRO, 2007).

Na Amazônia enquanto a distribuição dos animais terrestres é imprevisível e incerta, os animais aquáticos são uma fonte previsível e abundante de recursos alimentares. Dessa forma as áreas ribeirinhas eram mais ricas e previsíveis em recursos alimentícios do que as terras firmes para que uma sociedade possa se manter e até mesmo se desenvolver. Esse fator pode explicar o padrão pelo qual os sítios arqueológicos, que são encontrados às margens de grandes rios, tendem a ser maiores e mais densos que os outros (NEVES, 2006, p. 18).

Vimos que as fontes etno-históricas podem ser importantes para termos uma ideia de como as sociedades viviam nesta região e inter cruzadas com as pesquisas arqueológicas dão muitas pistas e criam cenários eco ambientais dessas sociedades.

A arqueologia tem demonstrado novas evidências sobre a ocupação humana em várzea, elas sugerem a existência, por mais de mil anos, de sociedades complexas populosas vivendo em assentamentos de grandes proporções populacionais, com presença de elaborados sistemas de irrigação intensiva e produções de artesanato, rituais e ideologia que hoje não estão mais presentes nos índios da Amazônia. Roosevelt (2009) além de afirmar que houve um processo de adaptação dos atuais grupos, não só pela questão ambiental, mas também pelo

processo de conquista colonial, aponta três fatores para justificar as diferenças entre as sociedades pré-históricas e as sociedades pós-conquistas. Isso mostra que as sociedades indígenas pós-conquista não se assemelhavam com as sociedades pré-históricas, nota-se na atualidade que estas sociedades perderam muitos elementos outrora presente. Além disso, ela diz que:

Em primeiro lugar, houve uma dramática queda de densidade populacional, a qual essencialmente eliminou a necessidade ou a possibilidade da exploração intensiva do solo; em segundo lugar, os conquistadores se apoderaram das áreas de melhores recursos da Amazônia, afastando a maior parte dos índios para as áreas interfluviais pobres em recursos; em terceiro lugar, os conquistados desarticularam os complexos políticos e militar dos nativos, substituindo-os pelos seus, com os quais foram capazes de organizar a exploração dos recursos em base nacionais. (ROOSEVELT, 2009, p. 57).

Assim, as fontes etno-históricas e as pesquisas arqueológicas *in loco* são de particular interesse, pois além de ajudarem a mostrar diferenças entre as sociedades indígenas contemporâneas e as pré-históricas também podem auxiliar no entendimento de como as sociedades indígenas se organizavam antes da colonização da Amazônia e como se deu o impacto das conquistas europeias sobre os modos de vida das populações indígenas.

As divergências interpretativas são bastante saudáveis entre o que foi documentado na época dos primeiros contatos e o que é descoberto nas pesquisas arqueológicas do século XX e XXI.

Para que se possa traçar um panorama da população indígena e seu modo de vida de antes da modificação, assimilação e destruição provocada pela colonização europeia, Porro (1995) diz que se faz necessário analisar os relatos que foram feitos sobre estas sociedades pelos primeiros exploradores destas terras. É com base nesses relatos que o autor supra citado, mostra como as populações indígenas viviam e estavam distribuídas entre os anos de 1542 e 1700 no rio Amazonas e em seus afluentes, sendo Tocantins, Tapajós, Madeira, Negro e Branco. Observa ainda que cada vez que uma das sociedades amazônicas entrava em contato com os europeus acabavam modificando o seu modo de vida de forma definitiva. Esses relatos falam em províncias governadas por senhores, que geralmente sugerem um poder político centralizado. Entre o Tapajós, por exemplo, cada aldeia que continha de vinte a trinta casais possuíam um chefe, sendo que havia um chefe maior que todos obedeciam. A posse de escravos em guerra era bem frequente, assim como o uso deles como moeda de troca (PORRO, 1995).

Roosevelt (2009, p. 71-72), baseando-se em dados do período da conquista mostra que ao contrário da economia das sociedades indígenas atuais, os da época do contato eram complexas e de larga escala, englobava uma intensa produção de plantas de raízes e sementes, caça e pesca intensiva, além do amplo processamento de alimentos e o seu armazenamento por longos períodos. E os artefatos produzidos em grande escala e a grande quantidade de tecido e cerâmico decorado, os diversos utensílios, os alimentos e as matérias-primas eram comercializadas. No baixo Amazonas, por exemplo, várias unidades políticas possuíam ideologias religiosas que legitimavam a posição política das elites, sendo que nesses locais existia especialistas que tomavam conta das casas religiosas e dos adivinhos e curandeiros. (ROOSEVELT, 2009).

Entre os trabalhos mais recentes que procuram explicar o padrão de assentamento e a organização das sociedades amazônicas, a tese de doutorado defendida por Denise Schaan, realizada sobre a Ilha de Marajó no Pará, publicado em 1997 pela Editora da PUC do Rio Grande do Sul, onde aborda também a produção e proteína vinda do peixe, destaca-se por ter centrado sua discussão nos indicadores arqueológicos de formas de organização do tipo cacicado. O modelo apresentado por Schaan dialoga com três principais teorias: a teoria da circunscrição realizada por Carneiro; a teoria de limitação geográfica e desenvolvimento cultural realizada por Meggers e a ideia de exploração de recursos aquáticos como base de subsistência. (MACHADO, 2006).

Denise Schaan concorda com Meggers que as condições ambientais da Ilha de Marajó sejam bastante particulares e até certo ponto dificultam a sustentação de populações muito densa, mas, diferente de Meggers, quando acha que as restrições ambientais teriam limitado o desenvolvimento cultural, isso se justifica pelo fato de que as populações humanas teriam encontrado formas de adaptação e otimização do ambiente natural que permitisse sua expansão. Para explicar as estratégias de adaptação, Schaan usou o modelo de circunscrição de Carneiro e a ideia de que a produção de excedentes pode surgir de outras fontes além da agricultura, como por exemplo, a exploração dos recursos aquáticos. (MACHADO, 2006).

O fato crucial deste modelo interpretativo é que a interação homem-ambiente não é mais vista como uma relação determinante, mas como uma interação, ou seja, quando em contato com o ambiente os grupos humanos aprendem a maneja-lo de maneira a aperfeiçoar os nichos ecológicos fecundos e propícios. Diferentemente dos modelos anteriores, o modelo de Schaan das áreas ótimas ou privilegiadas seria os nichos aquáticos que teriam uma

abundância natural ou seriam propícios às intervenções humanas, como a construção de canais, aterros, tanques e viveiros. (MACHADO, 2006).

Dessa forma, os estudos sobre a organização social das populações indígenas amazônicas apresentam, cada vez mais, modelos explicativos de que estas sociedades possuíam uma complexidade social além da esperada pelos primeiros estudos desta região, assim como também mostram que o ambiente pode ter sido grande aliado para o desenvolvimento destas sociedades. Isso tudo vem ratificar que os estudos ambientais, juntamente com as pesquisas arqueológicas e as fontes etno-históricas são caminhos possíveis para uma explicação de como viveram e se organizaram o povo amazônico.

Formação de políticas regionais comandadas por chefe supremo, formas de subordinação entre os grupos, comércio regional, organização para guerra bem estruturada e especializada, produção de materiais especializados como a cerâmica e formação sociopolítica complexa são pontos de discussão que estão nos recentes trabalhos sobre a formação dos cacicados na região do rio Amazonas.

3.3 Clastres Pierre

Poderia encerrar esse capítulo por aqui, mas, entretanto não posso encerra-lo sem falar de Pierre Clastres (1934-1977), pois encontro pertinência no seu pensamento. Ele teorizava que as sociedades não necessitavam de uma organização estatal. Clastres analisou as sociedades de um ponto de vista diferente dos demais teóricos citados no decorrer desse trabalho, ele tinha uma visão “simplista”, quando comparado com os demais apresentado.

Pierre Clastres¹⁴ era um Filósofo, Arqueólogo e Antropólogo. Segundo Renato Sztutman (2011) os seus trabalhos foram muito debatidos entre os anos de 1960 e 1970, mas o

¹⁴ Realizou estudos de filosofia, formando-se em 1957. Foi na licenciatura que Clastres, acompanhando os cursos dados por Lévi-Strauss, se interessou pelos estudos etnológicos. Depois ele partiu para a pesquisa de campo, passando cerca de um ano entre os Guayaki no Paraguai. Em 1965 ele defendeu sua tese de doutora na Sabanne. Posteriormente ele retornou na América do sul para pesquisas mais curtas, estas pesquisas resultaram na elaboração da maior parte dos artigos, estes foram organizados nos livros *A sociedades Contra o Estado*, *A Fala Sagrada* (1974) e *Mythologie des Indes Chulupi* (1992). Em 1970 ele volta a ir ao campo, viajando pela “Amazônia venezuelana, de 1970 a 1971, entre os Yanomami, e visita os Guaraní do estado de São Paulo, em 1974. Seus estudos nesse período são postumamente publicados no volume *Arqueologia da Violência*” (Clastres, 2003, p. 273).

pensamento de Clastres foi precocemente interrompido por conta da sua morte no ano de 1977. Sztutman (idem: p. 557) diz também que “por conta da radicalidade de suas teses sobre a ‘sociedade contra o Estado’, os escritos de Clastres foram como que eclipsados nas duas décadas seguintes”, ou seja, isso se deve ao fato de acharem que se tratava de “uma imagem abstrata e idealizada da ‘sociedade primitiva’ una e indivisa”. Mas nos últimos anos o seu pensamento tem sido novamente alvo de interesse.

O trabalho que me chamou atenção foi uma pesquisa intitulada *A Sociedade Contra o Estado* (2003, p. 207-234), que pertence ao livro de mesmo nome, originalmente editado em 1974. Segundo Goldman (apud CLASTRES, 2003), este artigo foi especialmente elaborado e acrescentado para compor o capítulo final do livro, como também foi utilizado para titula-lo.

Um questionamento relevante que Clastres levanta é a presença e a ausência do poder político em uma sociedade. Por exemplo, ele questiona:

O que ocorre com os índios da América? [...] eles ignoram a escrita e ‘subsistem’¹⁵ do ponto de vista econômico. Por outro lado, todos, ou quase todos, são dirigidos por líderes, por chefes e, característica decisiva digna de chamar a atenção, nenhum desses caciques possui ‘poder’ (Clastres, 2003, p. 27).

Dessa forma subentende-se que os caciques são “figuras representativas” que obtiveram de alguma forma o respeito perante as pessoas de uma tribo indígena, por exemplo. De acordo com Clastres (2003, p. 28) “[...] existe alguma coisa completamente estranha a um índio, é a ideia de dar uma ordem ou de ter de obedecer, exceto em circunstâncias muito especiais como em uma expedição guerreira”, ou seja, o chefe é visto como uma figura representativa mesmo, quando analisado diante dessa situação, exceto nos momentos de guerra. Quando existe “a falta de comando-obediência implica *ipso facto* a falta de poder político [,] por isso, existem não só sociedades sem Estado, mas também sem poder” (Clastres, 2003, p.32).

As sociedades não podem ser divididas em sociedades com ou sem poder, pois o poder político pode vir de maneira social, ou seja, através de laços consanguíneos ou pelas classes

¹⁵ “é viver na fragilidade permanente de equilíbrio entre necessidade alimentares e meios de satisfazê-las” (Clastres, 2003, p. 29), esse é um conceito generalizado. Segundo Clastres (2003, p 30), a quantidade de excedente produzido na América do sul muitas vezes era suficiente para “satisfazer duplamente as necessidades, ou de alimentar uma população duas vezes mais numerosa”.

sociais, sendo assim pode ser realizado de dois modos principais: poder coercitivo e não coercitivo (Clastres, 2003), ou seja, esse poder pode vir de maneira natural, como no caso dos índios que só necessitam de um chefe apenas em momentos de guerra, pois precisam de um guia para orienta-los ou o poder pode ser conseguido a força, através de imposições de um chefe maior.

Clastres (2003, p. 45) faz uma crítica à teoria etnológica que, para ele, oscilava entre duas ideias:

[...] para uma, as sociedades primitivas são, no limite, desprovidas em sua maioria de qualquer forma de organização política; a ausência de um órgão claro e efetivo de poder levou a que se recusasse a própria função desse poder a essas sociedades, a partir de então tidas como estagnadas em uma etapa pré-política ou anárquica [... e] a segunda, ao contrário, uma minoria entre as sociedades primitivas ultrapassaram a anarquia primordial para chegar a esse modo de ser, o único autenticamente humano, do grupo: a instituição política; mas vê-se então a ‘falta’, que caracterizava a massa das sociedades, converte-se aqui em ‘excesso’, e a instituição perverter-se em despotismo ou tirania.

Dessa forma, no primeiro caso as sociedades são vistas de forma estagnada no que diz respeito ao poder político, ou seja, são sociedades que viviam claramente sem um chefe ou um poder centralizado. No segundo caso mesmo em minoria algumas sociedades obtiveram o poder político, mas isso se deu através do despotismo ou da tirania, ou seja, da força.

Na América do Sul, de acordo com Clastres (2003), essa teoria “macro-tipológica dualista” é bem ilustrada. “De fato, considerando-as de acordo com a organização política, é essencialmente pelo sentido da democracia e pelo gosto da igualdade que se distingue a maioria das sociedades indígenas da América”. No Brasil, os primeiros cronistas e etnógrafos descrevem sociedades com a ausência de um poder político e demonstram que “as propriedades mais notáveis do chefe indígena consiste na ausência quase completa de autoridade; nessas populações a função política parece ser bem fracamente diferenciada”, ou seja, não há quase diferença alguma entre um índio e um chefe de aldeia, por exemplo, (Clastres, 2003, p. 46). Clastres (2003) cita apenas alguns grupos com autoridade de um chefe, sendo que estes foram atestados seu poder político, por exemplo, os Taino das Ilhas, os Caquetio, os Jirajara ou os Otomaque, ele frisa que estes são quase todos aruaques e que os grupos estavam instalados próximos de sociedades mais desenvolvidas e complexas.

Nesta região são isoladas três propriedades que são essenciais ao chefe de uma sociedade indígena (Clastres, 2003, p. 47):

1. O chefe é um ‘fazedor de paz’; ele é a instância moderadora do grupo, tal como atestado pela divisão frequente do poder civil e militar.
2. Ele deve ser generoso com seus bens, e não pode permitir, sem ser desacreditado, repelir os incessantes perdidos de seus ‘administrados’.
3. Somente um bom orador pode ter acesso à chefia.

Somente em caso de guerra que o modelo do poder coercitivo é aplicado, ou seja, o chefe obtém o poder de comandar e guiar o seu povo durante as guerras, depois que a paz volta novamente o chefe perde todo o vigor do seu poder e volta a ser tratado como antes.

Dessa forma esse esquema de tripla qualificação fica da seguinte maneira (Clastres, 2003, p. 48-49):

O chefe tem a tarefa de manutenção da paz e da harmonia do grupo. Ele deve também apaziguar as disputas, regular as divergências, não usando de uma força que ele não possui que não seria reconhecida, mas se fiando apenas nas virtudes de seu prestígio, de sua equidade e de sua palavra [...] É papel do chefe ser generoso e de dar tudo que lhe pedem [...] Além desse gosto tão vivo pelas posses do chefe, os índios apreciam muito suas palavras: o talento oratório é uma condição e também um meio do poder político.

Assim fica claro que essa forma de poder se dá de maneira não coercitiva, ou seja, ele não é obtido à força e sim por meio da conquista por mérito, através de atitudes como, por exemplo: a boa convivência, a boa oratória, o respeito adquirido, etc.

Clastres (2003), entretanto, diz que quase todas as sociedades sul-americanas, com exceção das culturas andinas, apresentam um complemento a mais a essa tripla qualificação, a poligamia, sendo que esta é reconhecida mais frequentemente como privilégio exclusivo do chefe.

Um ponto importante citado na pesquisa deste teórico é a diferença na densidade populacional na América do Sul. O tamanho dos grupos, o modo de obtenção dos seus alimentos e a tecnologia, é variado, por exemplo, “um bando de nômades guayaki ou sirionó, povos sem agricultura, raramente conta mais de trinta pessoas [... já] as aldeias tupinambá ou guarani, agricultores sedentários, reúnem por vezes mil pessoas” (Clastres, 2003, p. 50). Ele diz também que a poligamia pode ser praticada tanto por grupos pequenos como por grupos grandes, como os guayaki e os tupinambás, respectivamente.

A monogamia é praticada apenas por uma pequena minoria, apenas um vigésimo dessas sociedades pratica a monogamia rigorosamente, ou seja, a maioria das sociedades indígenas era praticante da poligamia, lembrando claro que praticamente a poligamia é estreitamente restrita ao chefe.

De acordo com Clastres (2003, p. 53) “o modelo polígino do casamento, visto segundo duas diversas extensões: geral e restrita, seja somente ao chefe, sejam ao chefe e a uma pequena minoria de homens, nos remeteu constantemente à vida política do grupo”, ou seja, a poliginia representa uma forma de status ou poder político.

Dessa forma as sociedades da América do Sul possuem um chefe que além de possuir a tripla qualificação também possui a poligamia: fazedor de paz, generoso, bom orador e a poliginia (Clastres, 2003).

Mas segundo Clastres (2003, p. 54-55), há uma distinção entre o primeiro critério para ser um chefe e os demais, ele diz que “como atividade concreta da função, a prática do chefe não remete, pois, à mesma ordem de fenômeno que os três outros critérios: ela os deixa subsistir como unidade estruturalmente articulada, essência da sociedade”. Assim na América do Sul a qualificação ligada ao líder fica da seguinte maneira: dom oratório, generosidade e poliginia, ou seja, o fazedor de paz fica subintendido dentre desses três critérios para a escolha de um chefe.

Na maioria das sociedades sul-americanas a sequência dos novos chefes dá-se de forma patrilinear, ou seja, de pai pra filho, “levando-se em conta as [suas] aptidões individuais, o filho do chefe [assume...], em sua falta o filho do irmão do chefe será o novo líder da comunidade” (idem, p. 57).

Diante do que foi dito, percebe-se que de certa forma há uma recusa ao poder político presente nas sociedades da América do Sul. Clastres (2003, p. 59), diz que “[...] a relação entre o poder e a sociedade nas populações indígenas da América do Sul pode parecer implicar uma metafísica finalista, segundo a qual uma vontade misteriosa usaria de meios indiretos para negar ao poder político precisamente sua qualidade de poder”, ou seja, esse poder fica sempre a mercê de toda uma comunidade indígena e não de uma única pessoa como no poder coercitivo, por exemplo. Segundo Clastres (idem, p. 61).

[...] é a própria cultura como diferença maior da natureza, que se investe totalmente na recusa desse poder [...] pois descobrindo o grande parentesco entre o poder e a natureza, como dupla limitação do universo da cultura, as

sociedades indígenas souberam inventar um meio de neutralizar a virulência da autoridade política.

Ou seja, para ele essa recusa se dá de maneira natural e não porque eles se sentem obrigados a assumirem um líder.

Outro fato que Clastres (2003, p. 98) descreve em sua pesquisa é a questão da influência da densidade populacional no poder político. Ele questiona, por exemplo: “será que a natureza do poder político permanece inalterada quando se estende e se fortalece seu campo de aplicações demográficas?”, ou seja, será que com o aumento populacional há uma modificação na forma como o poder político é exercido nas sociedades indígenas? Clastres (idem) usa como exemplo as sociedades tupi-guarani para explicar esse questionamento, pois nessas sociedades, “primeiramente, a chefia se afirmava, entre esses índios com muito mais vigor do que em qualquer outra parte; a seguir, a densidade demográfica das unidades sociais – os grupos locais – era nitidamente superior às médias comumente admitidas para sociedades sul-americanas”.

Os cronistas relatavam dados numéricos sobre essas sociedades, por exemplo, extensões das casas, superfície das plantações, a distância entre as aldeias e o mais importante a quantidade de habitantes das regiões que visitavam. De acordo com Clastres (2003), a maior parte do continente era ocupada por populações sedentárias que praticavam a agricultura e cultivavam uma variedade grande de plantas.

Com relação à densidade demográfica dos tupis e dos guaranis Clastres (2003, p. 103-104) relata que:

A homogeneidade dessas sociedades é tal, e sob todos os pontos de vista, que as dimensões demográficas dos grupos locais guarani e tupi eram certamente muito semelhantes [,] daí se conclui que é possível, se não aplicar mecanicamente os números tupi e guarani, pelo menos considerá-los como ordem verossímil de grandeza, caso os dados faltassem para os Guarani.

As aldeias tupi e guarani eram constituídas por casas coletivas, as extensões das malocas variavam entre 40 m e 160 m, também o número de índios que habitava cada maloca variava, entre quinhentas a seiscentas pessoas e tanto os tupi como os guarani possuíam de quatro a oito aldeias, o que deixava os primeiros exploradores com a impressão de multidão

(Clastres, 2003). Pode-se, então considerar que por essas sociedades possuírem um numero grande de habitantes elas poderiam possuir um chefe que aplicasse o poder político de forma coercitiva, no entanto esse tipo de poder político não era aplicado por essas sociedades e o que era aplicado era o poder não coercitivo.

Os pesquisadores dessa área possuem opiniões variadas como relação ao numero total de habitantes nessa região, essa variação vai de um milhão e meio para o guarani (número certamente hipotético), em outra avaliação diz que não passa de duzentos e oitenta mil índios, já em mais uma esse número chega apenas a noventa e oito mil índios. De acordo com Clastres (2003, p. 114), os guaranis “eram antes da conquista, um milhão e meio repartidos por 350 mil km², ou seja, uma densidade de pouco mais de 4 habitantes por km²” e diz também que “no concerne a ‘demografia’ dedutível das estimativas maciças dos cronistas, é preciso constatar que eles tinham razão”. Uma coisa que é certa é que as sociedades que habitavam essa região antes do período colonial eram populosas.

“As sociedades primitivas são sociedades sem Estado: esse julgamento de fato, em si mesmo correto, na verdade dissimula uma opinião, uma antropologia política como ciência rigorosa [,] o que de fato se anuncia é que as sociedades primitivas estão privadas de alguma coisa – o Estado” (CLASTRES, 2003, p. 207). De acordo com o mesmo autor, de uma forma mais ou menos imprecisa é essa a imagem que os dados dos cronistas e alguns trabalhos de pesquisadores deixam, ou seja, para eles “não se pode imaginar a sociedade sem o Estado, o Estado é o destino de toda sociedade”, essa é uma visão etnocentrista (idem). Outro ponto etnocêntrico que ele menciona é o do modelo de Morgan, de que toda sociedade tem que passar por uma série de estágios (conforme citado no 1º capítulo) para poderem chegar à civilização. Percebe-se que essas sociedades eram avaliadas através de conceitos pré-definidos usando com exemplo o velho mundo.

Segundo Clastres (2003, p. 208), “quase sempre, que as sociedades arcaicas são determinadas de maneira negativa, sob o critério da falta: sociedades sem Estado, sociedades sem escrita, sociedades sem historia [... e] sociedades de economia de subsistência”. Esses povos são vistos de forma desvalorizada, ou seja, como se não tivessem valor algum.

Os esquimós são um exemplo de sociedade desenvolvida sem formação estatal. Eles possuem “justamente a riqueza, a imaginação e o refinamento da atividade técnica, o poder de invenção e de eficácia demonstrado pelas ferramentas utilizadas por esses povos” (Clastres, 2003, p. 209), nesse caso não há hierarquia no que diz respeito na técnica, tecnologia superior

ou inferior, “só se pode medir um equipamento tecnológico pela sua capacidade de satisfazer, num determinado meio, as necessidades da sociedade”, sendo assim, através desse ponto de vista, todas as sociedades primitivas podem também conseguir manter um equilíbrio entre seu povo sem a necessidade da formação de um Estado. Outro ponto de vista está relacionado a agricultura e a domesticação das plantas, esta surgiu quase que ao mesmo tempo em ambos os continentes: “impõe-se constatar que os ameríndios em nada se mostram inferiores, muito pelo contrário, no que se refere à arte de selecionar e diferenciar múltiplas variedades de plantas úteis” (Clastres, 2003, p. 210).

Há, em geral, dois modos de justificar o modo de vida das sociedades primitivas: uma é que tanto os homens das sociedades americanas e outras sociedades viviam em uma economia de subsistência e passam grande parte de seu tempo procurando alimentos e a outras é que eles não praticavam a economia de subsistência e vivia mais para o lazer.

Os índios, efetivamente, só dedicavam pouco tempo àquilo a que damos o nome de trabalho. E apesar disso não morriam de fome. As crônicas da época são unânimes em descrever a bela forma aparência dos adultos, a boa saúde das numerosas crianças, a abundância e variedades dos recursos alimentares. Por conseguinte, a economia de subsistência das tribos indígenas não implicava de forma alguma a angustiada busca, em tempo integral, de alimento (Clastres, 2003, p.211).

O tempo dedicado ao trabalho era tão curto que a maior parte do tempo às sociedades indígenas se ocupava com atividades consideradas prazerosas, como: a caça, a pesca, festas e bebedeiras, entre outros. De essa maneira fica claro que as sociedades primitivas trabalham apenas o tempo necessário para adquirir, com sobra, os alimentos necessários para sua alimentação.

Clastres (2003, p. 217) menciona que “existem por um lado sociedades primitivas, ou sociedades sem Estado; e, por outro lado, as sociedades com Estado [,] a presença ou ausência da formação estatal [...] que fornece a toda sociedade o seu elo lógico, que traça uma linha de irreversível descontinuidade entre as sociedades”, ou seja, após o surgimento do Estado houve uma separação tipológica entre os ‘selvagens’ e os civilizados. Ele menciona também que “para que haja o aparecimento do Estado, é necessário pois, que exista antes a divisão da sociedade em classes sociais antagônicas ligadas entre si por relação de exploração” (Clastres, 2003, p. 220-221), ou seja, é aí que entra o poder político coercitivo.

Nas sociedades primitivas segundo Clastres (2003) o chefe apenas presta um serviço à sociedade e está sempre a disposição dela, ou seja, é a sociedade que é a verdadeira dona do poder, é ela que exerce poder sobre o chefe e não ao contrário. Ele diz também que a sociedade primitiva jamais aceitará que o chefe se transforme em déspota. Mas, como dito anteriormente somente em momentos de guerra o chefe recebe um pouco de poder, por conta da necessidade da orientação para guerrear, depois tudo volta a ser como era antes.

O fato importante que Clastres (2003) diz é que não foi a chegada dos colonizadores que interrompeu uma possível “evolução” das sociedades primitivas (os tupi-guarani) a formação estatal, foi a própria sociedade que se pôs contra o desenvolvimento de um Estado.

Finalizando seu livro Clastres (2003, p. 234) diz:

“O que os selvagens nos mostram o esforço permanente para impedir os chefes de serem chefes, é a recusa da unificação, é o trabalho de conjuração do Um, do Estado. A história dos povos que têm uma história é, diz-se, a história da luta de classes. A história dos povos sem história é, dir-se-á como ao menos tenta verdade, a história as sua luta contra o Estado”.

Assim, a história que pode ser contada dessas sociedades é a história da recusa à formação de um Estado. Esse pensamento se justifica pelo fato de apesar da presença de sociedades sedentárias e populosas e com a prática da agricultura elas se mantinham firmes na recusa contra a formação estatal. O grande diferencial no pensamento de Clastres com os demais apresentados anteriormente é que ele não utilizava o ambiente em si como fonte para sua teoria, baseava-se apenas nas crônicas feitas pelos primeiros colonizadores, em alguns trabalhos de outros pesquisadores e em seu próprio conhecimento empírico, ou seja, ele não levava em consideração a influência que o ambiente pode exercer sobre a formação social dessas sociedades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa foi apresentado, em linhas gerais, o início do pensamento a cerca do desenvolvimento cultural das sociedades humanas. Nas primeiras discussões teóricas de antropólogos e arqueólogos tais sociedades eram categorizadas de forma geral, para serem enquadradas em qualquer parte do mundo da mais evoluída a mais marginalizada, já na América do Sul, em especial, foi criada uma tipologia específica para distinguir as sociedades presentes nesta região.

A Amazônia em especial foi escolhida como foco dessa pesquisa. No princípio as sociedades presentes nesta região foram tidas, nos trabalhos de pesquisas dos primeiros pesquisadores, como sociedades que nunca poderiam chegar a formação estatal, ou seja, nunca chegariam ao nível de uma organização de um Estado. Os argumentos utilizados para justificar esse pensamento era o fato de acharem que o ambiente amazônico impedia e não proporcionava o desenvolvimento das populações que habitassem esta região.

Percebe-se, no entanto, que nos últimos anos esse conceito vem sendo modificado e que as pesquisas arqueológicas associadas com pesquisas de outras áreas como, por exemplo, o estudo etno-histórico e ambiental vem demonstrando que havia a possibilidade destas sociedades se desenvolverem sim de maneira complexa.

Mas, entretanto encontro pertinência no pensamento de Pierre Clastres porque ele leva em consideração algo que nenhum outro teórico levou. Ele teoriza que as sociedades não necessitavam de uma organização estatal pelo fato delas possuírem praticidade de obter em abundancia recursos alimentar sem muito esforço e também por considerar que de certa forma essas sociedades possuíam uma vida serena sem a rigidez na qual é exigida na organização de um Estado. Então Clastres considera que, por esse motivo, estas sociedades, de forma natural, se recusavam a formação de um Estado.

Dessa forma podem-se levantar os seguintes questionamentos: A colonização Europeia pode ter impedido o processo que levaria estas sociedades a chegarem ao nível de um estado (se é que não chegaram)? Arqueologia estaria mais próxima de provar que havia sociedades complexas na região amazônica ou que não havia? Será que Clastres está certo no seu ponto de vista?

Entendo que um trabalho de conclusão de curso nunca dará conta de responder sobre um assunto tão complexo, deixando para posteriori a extensão desse estudo. Mas, contudo,

posso dizer que a minha posição em relação a tudo que foi descrito neste trabalho é que, a meu ver, as sociedades amazônicas possuíam capacidade suficiente para se adaptarem ao meio ambiente e também se desenvolverem de forma a chegarem ao nível de uma formação de um Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SABER, Aziz N. **Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira. Estudos avançados.** Vol. 16, nº 45. Mai/Agos. USP. São Paulo, 2002.
- ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui Sérgio S. & SANCHES, Rosely Alvim. Agricultura e Alimentação em Populações Ribeirinhas das Várzeas do Amazonas: Novas Perspectivas. In **Ambiente & Sociedade** Vol. VIII nº 1 jan./jun., 2005.
- ALVES, Márcia Angelina. Teorias, Métodos, Técnicas e Avanços na Arqueologia Brasileira. In **Canindé: Revista do Museu de Arqueologia de Xingó**, nº 2, 2002.
- BETTY, J. Meggers. **Amazônia: A Ilusão de um Paraíso.** Tradução de Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro, Ed. Civilização do Brasil, 1977.
- CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. **Arqueologia nos Empreendimentos Hidrelétricos da Eletronorte: Resultados Preliminares.** Eurico T. Miller et ali (orgs). Brasília, 1992
- CARNEIRO, Robert L. A base ecológica dos Cacicados amazônicos. In **Revista de Arqueologia**, 20: p. 117-154, 2007.
- CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado.** São Paulo: Ed. Cosac Naify, 2003.
- ERIKSEN, Thomas Hylland & NIELSEN, Finn Sivert. **Historia da Antropologia.** Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 2007.
- FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2010.
- FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia.** São Paulo: Ed. Contexto, 2006.
- FUNARI, Pedro Paulo A. & SILVA, Glaydson José. **Nota de Pesquisa sobre o Projeto Acervo Arqueológico do Arquivo Paulo Duarte.** 2007. In < <http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=49> > acessado em 11 de abril de 2012.
- GALLAY, Alain. **Utopies Et Realite: Les Pièges de L'archeologie (pp 46-99).** Tradução alunos do curso Metodologia da Pesquisa Arqueologia da Universidade Estácio de Sá, responsável Dr.^a Tania Andrade Lima.
- LATHRAP, D. **The Upper Amazon,** London: Hames & Hudson, 1970.
- MACHADO, Juliana Salles. Dos Artefatos às Aldeias: Os Vestígios Arqueológicos no Entendimento das Formas de Organização Social da Amazônia. In **Revista de Antropologia** V.49 Nº 2, São Paulo, Ed. USP, 2006.
- MEIRELLES FILHO, João Cardoso. **O livro de ouro da Amazônia.** 5ª ed. Ediouro. Rio de Janeiro, 2006.

- MORÁN, Emilio. **A Ecologia Humana das Populações da Amazônia**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1990.
- NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2006.
- NEVES, Eduardo Góes. O velho e o Novo na Arqueologia Amazônica. In **Revista USP**: SP, N44, p. 86-111, DEZ/FEV, 1999/2000.
- PEDROSA, Tatiana de Lima. **Arqueologia e Interpretação: A Criação de dois Modelos Arqueológicos para a Amazônia**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Porto Alegre, 2008.
- PORRO, Antonio. **O Povo das Águas: Ensaio de Etno-História Amazônica**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1996.
- PORRO, Antonio. **O povo das águas. Ensaio etno-história amazônica**. Vozes, Petrópolis, 1995.
- PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2007.
- RAUBER, Renata. **Um novo Olhar para a Arqueologia da Amazônia**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Porto Alegre, 2008.
- RENFREW, Colin & BAHN, Paul. **Arqueología: Teorias, Métodos y Práctica**. Madrid: Ed. Akal, 1993.
- ROOSEVELT, Ana Curtenius. Arqueologia amazônica. In **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Campanha das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 2009.
- SCHAAN, Denise. P. **A linguagem iconográfica da cerâmica Marajoara**. Editora da PUC/RS. Porto Alegre, 1997.
- SCHAAN, Denise. P. Evidências para a permanência da cultura marajoara à época do contato europeu. **Revista de Antropologia/SAB**. São Paulo, n. 12/13: 23-42. 2003.
- SCHAAN, Denise et alii. Geoglifos da Amazônia ocidental: evidência de complexidade social entre povos da terra firme. In **Revista de Arqueologia**, 20: 67-82, 2007.
- SIOLI, Harald. **Studies in Amazonian Waters**. Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica: Limnologia, 1ª edição 1967. Conselho Nacional de Pesquisa. Rio de Janeiro, 1985, pp. 9-50.
- SZTUTMAN, Renato. Introdução: Pensar com Pierre Clastres ou da atualidade do Contra-Estado. In **Revista de antropologia**, São Paulo, USP, 2011, V. 54 Nº 2.
- TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Ed. Odysseus, 2004.